



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA - UFDPAr
CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

MARIA EDUARDA TEIXEIRA COSTA

**ECONOMIA CRIATIVA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ANÁLISE DOS
TRABALHADORES DA APA DO DELTA DO PARNAÍBA ENTRE 2013 E 2023**

Parnaíba
2025

MARIA EDUARDA TEIXEIRA COSTA

**ECONOMIA CRIATIVA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ANÁLISE DOS
TRABALHADORES DA APA DO DELTA DO PARNAÍBA ENTRE 2013 E 2023**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr, em cumprimento parcial das exigências para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof^ª Dra Carolina Silva Ribeiro

Parnaíba - PI
2025

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Delta do Parnaíba

C837e Costa, Maria Eduarda Teixeira
Economia criativa e desenvolvimento regional: análise dos
trabalhadores da APA do Delta do Parnaíba entre 2013 e 2023
[recurso eletrônico] / Maria Eduarda Teixeira Costa. – 2025.
67 f.

TCC (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal
do Delta do Parnaíba, 2025.
Orientação: Profª Dra Carolina Silva Ribeiro.

1. Desenvolvimento regional. 2. Economia criativa. 3. Emprego
formal. 4. Setores tradicionais. 5. APA Delta do Parnaíba. I. Título.

CDD: 333.72

MARIA EDUARDA TEIXEIRA COSTA

**"ECONOMIA CRIATIVA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ANÁLISE DOS
TRABALHADORES DA APA DO DELTA DO PARNAÍBA ENTRE 2013 E 2023"**

Monografia apresentada como exigência para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), Campus Ministro Reis Velloso, submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Dra. Carolina Silva Ribeiro

Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr
(Orientadora)

Prof. Dr. José Natanael Fontenele de Carvalho

Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr

Profa. Dra. Maria de Fátima Vieira Crespo

Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr

Parnaíba - PI
2025

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui foi um percurso repleto de desafios, aprendizados e superações. Desde o início da graduação, carreguei comigo a insegurança e o receio de não saber como conduzir essa jornada, especialmente no desenvolvimento desta pesquisa. Hoje, ao concluir esta etapa, olho para trás com o coração cheio de gratidão por tudo o que vivi até aqui. Este trabalho representa não apenas o encerramento de um ciclo acadêmico, mas também a concretização de um esforço coletivo, construído com apoio, afeto e fé.

Agradeço, primeiramente, a Deus e à Nossa Senhora, por me concederem forças nos momentos de fraqueza, sabedoria nos pensamentos e firmeza nos passos. Foram luz constante nos dias difíceis e ânimo silencioso nas madrugadas de incerteza.

Aos meus pais, ao meu irmão e à minha avó, minha eterna gratidão. Mesmo à distância, foram meu porto seguro, oferecendo amor, apoio e palavras que acalmaram meu coração nos momentos mais difíceis. Estendo esse agradecimento à toda a minha família — tios(as), primos(as) — e aos amigos que são como família. Um agradecimento especial e carregado de saudade ao tio Carlos (in memoriam), que sempre celebrou comigo cada pequena vitória. Sinto sua presença nesta conquista.

À minha orientadora, Professora Dra. Carolina Silva Ribeiro, minha profunda gratidão pelas valiosas orientações, pela paciência e dedicação ao longo de todo o processo. Sua escuta atenta e sensibilidade foram essenciais para que este trabalho ganhasse forma e sentido.

Aos amigos(as) da faculdade, sou grata por tornarem essa jornada mais leve e bonita, e a todos que encontrei ao longo dessa caminhada, minha eterna gratidão pelos momentos compartilhados. E ao pessoal do setor da Comunicação Institucional da UFDPAr, deixo minha sincera gratidão pelo acolhimento e pelos aprendizados que levarei comigo para toda a vida, tanto no aspecto profissional quanto pessoal.

Aos professores que compõem esta banca avaliadora — Professora Dra. Maria de Fátima Vieira Crespo e Professor Dr. José Natanael Fontenele de Carvalho —, minha gratidão por integrarem este momento importante da minha trajetória. Ao restante do corpo docente da UFDPAr, meu reconhecimento por todo o conhecimento e incentivo ao longo da formação.

À Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), minha gratidão pelo espaço de aprendizado e crescimento. E à cidade de Parnaíba, meu agradecimento: foi aqui que vivi experiências inesquecíveis — aprendi, errei, chorei, sorri e conquistei.

A todos vocês, meu sincero muito obrigada. Cada gesto, apoio e palavra foram essenciais para que esta etapa se tornasse possível.

"Não fui eu que lhe ordenei? Seja forte e corajoso!
Não se apavore nem desanime, pois o Senhor, o
seu Deus, estará com você por onde você andar."
(Josué 1:9)

RESUMO

Este trabalho analisa a evolução da economia criativa na Área de Proteção Ambiental (APA) Delta do Parnaíba entre 2013 e 2023, com foco na inserção formal dos trabalhadores criativos, na comparação com os setores tradicionais e nos impactos sobre o desenvolvimento regional. A pesquisa, de natureza descritiva e abordagem quantitativa, utilizou dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (CAGED) para mapear a distribuição territorial, setorial e sociodemográfica dos vínculos empregatícios. Os resultados indicam crescimento expressivo de 179% nos vínculos criativos, mesmo em contextos de crise econômica e sanitária, enquanto os setores tradicionais registraram retração. O setor criativo demonstrou maior capacidade de geração de empregos líquidos e menor oscilação em períodos críticos, reforçando sua resiliência. Observou-se forte concentração das atividades em Parnaíba, que respondeu por mais de 84% dos empregos criativos em 2023, contrastando com a baixa presença do setor nos demais municípios, cuja estrutura ocupacional segue dependente da administração pública. A análise por subsetores revela a predominância de atividades ligadas à cultura, comunicação e tecnologia, e evidencia desigualdades na qualificação, escolaridade e faixa etária dos trabalhadores. Conclui-se que a economia criativa possui papel estratégico na construção de um modelo de desenvolvimento mais sustentável, inclusivo e territorializado, exigindo políticas públicas que descentralize recursos, incentive o empreendedorismo cultural e fortaleça os ecossistemas criativos locais.

Palavras-chave: Economia criativa; Desenvolvimento regional; Emprego formal; Setores tradicionais; APA Delta do Parnaíba.

ABSTRACT

This study analyzes the evolution of the creative economy in the Delta do Parnaíba Environmental Protection Area (APA) between 2013 and 2023, focusing on the formal integration of creative workers, the comparison with traditional sectors, and the territorial impacts on regional development. Descriptive in nature and based on a quantitative approach, the research used Annual Relationship of Social Information (RAIS) and General Register of Employed and Unemployed (CAGED) data to map the territorial, sectoral, and sociodemographic distribution of formal employment. The results indicate a significant 179% increase in creative jobs, even amid economic and health crises, while traditional sectors experienced a decline. The creative economy showed a higher net job creation capacity and greater resilience in critical periods. A strong concentration of activities was observed in Parnaíba, which accounted for more than 84% of creative jobs in 2023, contrasting with the low presence of the sector in other municipalities, whose occupational structure. Sectoral analysis highlights the predominance of activities linked to culture, communication, and technology, along with disparities in age, education, and qualifications among workers. The study concludes that the creative economy plays a strategic role in fostering a more sustainable, inclusive, and place-based development model, reinforcing the need for public policies that decentralize resources and strengthen local creative ecosystems.

Keywords: Creative economy; Regional development; Traditional sectors; Formal employment; APA Delta do Parnaíba.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Tabela 1 - Indicadores macroeconômicos do Brasil (2013–2023)	29
Quadro 1 - Atividades criativas compatibilizadas entre UNCTAD, Observatório Itaú e CNAE 2.0	33
Tabela 2 - Evolução populacional entre 2013 e 2021 e densidade demográfica em 2022 dos municípios da Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba	40
Tabela 3 - IDHM nos municípios da APA do Delta (2010)	41
Tabela 4 - PIB dos municípios da APA do Delta, 2013-2021	42
Tabela 5 - Índice de Gini nos municípios da APA do Delta (2010)	43

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - A economia criativa brasileira e seus princípios norteadores	18
Figura 2 - Linha do tempo dos principais acontecimentos macroeconômicos e políticos ocorridos entre 2013 e 2023	23
Gráfico 1 -Variação anual do PIB total e do PIB Criativo do Brasil (%) (2013–2023)	27
Figura 3 - Localização da APA do Delta do Parnaíba	35
Figura 4 - Localização dos estados que compõem a APA do Delta do Parnaíba	36
Figura 5 - Manguezal da APA do Delta do Parnaíba	36
Figura 6 - Dunas e lagoas na APA do Delta do Parnaíba	37
Figura 7 - Catador de caranguejo em mangue na APA do Delta do Parnaíba	37
Figura 8 - Pescador nativo da APA do Delta do Rio Parnaíba utilizando tarrafa	38
Gráfico 2 - Evolução do número de vínculos criativos formais na APA Delta do Parnaíba (2013–2023)	45
Gráfico 3 - Distribuição das atividades criativas por município da APA Delta do Parnaíba (2013–2023)	46
Gráfico 4 - Setores com maior número de vínculos formais na economia criativa da APA Delta do Parnaíba (2013–2023)	48
Gráfico 5 - Distribuição dos trabalhadores da economia criativa por sexo (2013–2023)	49
Gráfico 6 - Distribuição dos trabalhadores da economia criativa por atividade e por sexo (2013–2023)	50
Gráfico 7 - Distribuição dos trabalhadores da economia criativa por faixa etária (2013–2023)	51
Gráfico 8 - Distribuição dos trabalhadores criativos por escolaridade (2013–2023)	52
Gráfico 9 – Admitidos, desligados e saldo líquido de vínculos criativos da APA Delta do Parnaíba (2013–2023)	53
Gráfico 10 - Evolução do número total de vínculos formais por município na APA Delta do Parnaíba (2013–2023)	55
Gráfico 11 - Distribuição dos 10 principais setores por vínculos formais acumulados na APA Delta do Parnaíba (2013–2023)	56

LISTA DE SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNUC	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LAB	Laboratório
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MinC	Ministério da Cultura
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RESEX	Reserva Extrativista
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEC	Secretaria de Estado da Cultura
SECULT-BA	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 REVISÃO DE LITERATURA	17
2.1 Economia criativa e desenvolvimento regional	17
2.2 Mercado de trabalho na economia criativa	20
2.3 Crises econômicas recentes e o setor criativo	22
2.4 Panorama da economia criativa entre 2013 e 2023 no Brasil	27
3 METODOLOGIA	31
3.1 Caracterização da área de estudo	34
4 ECONOMIA CRIATIVA NA APA DO DELTA DO PARNAÍBA: UMA ANÁLISE ENTRE 2013 E 2023	39
4.1 A APA do Delta do Parnaíba: caracterização socioeconômica	39
4.2 Um olhar para a APA do Delta do Parnaíba: perfil dos trabalhadores da economia criativa de 2013 a 2023	44
5 CONCLUSÃO	58
REFERÊNCIAS	61

1 INTRODUÇÃO

No cenário contemporâneo, marcado pela globalização e pela inovação tecnológica, os modelos econômicos tradicionais têm se mostrado insuficientes para promover o desenvolvimento regional de forma equitativa. A desigualdade socioeconômica entre as diferentes regiões do Brasil é uma questão persistente que demanda soluções inovadoras para alcançar um crescimento sustentável e inclusivo. Nesse contexto, a economia criativa surge como uma poderosa força transformadora, capaz de promover o desenvolvimento econômico e social por meio da valorização da criatividade, da cultura e da inovação (Howkins, 2001).

A economia criativa refere-se a atividades baseadas na criatividade, inovação e capital intelectual, abrangendo setores como artes, design, moda, mídia, gastronomia, turismo cultural e tecnologia. Segundo Howkins (2001), seu diferencial está na interação entre criatividade e economia, gerando valor e riqueza em atividades que vão desde as artísticas até campos avançados de ciência e tecnologia. Florida (2002) reforça essa visão, apontando a criatividade como uma força motriz do desenvolvimento econômico moderno, essencial para a criação de empregos e o crescimento sustentável.

O conceito de economia criativa é definido pelas indústrias que produzem bens e serviços simbólicos baseados na propriedade intelectual. Essas indústrias se organizam em quatro grandes grupos: patrimônio, artes, mídia e criações funcionais, que conectam práticas tradicionais e inovação tecnológica (UNCTAD, 2010). Segundo o Observatório Itaú Cultural (2023), a economia criativa abrange setores como moda, artesanato, editorial, cinema, música, fotografia, rádio, TV, TI, arquitetura, publicidade, design, artes cênicas e visuais, além de museus e patrimônio.

No Brasil, a economia criativa tem mostrado um crescimento substancial, de acordo com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), em 2020, o setor criativo representou 2,91% do PIB nacional, movimentando cerca de R\$ 217,4 bilhões e empregando aproximadamente 935 mil trabalhadores formais (FIRJAN, 2022). Esses números destacam a relevância da economia criativa não apenas como uma ferramenta econômica, mas também como uma força motriz de inclusão social e desenvolvimento.

Segundo Reis (2007), a economia criativa valoriza práticas culturais locais e estimula o turismo cultural, contribuindo para o crescimento de cidades com alto potencial criativo. A escolha da APA do Delta do Parnaíba como objeto deste estudo justifica-se por sua diversidade cultural e paisagens naturais, distribuídas entre os estados do Piauí, Maranhão e Ceará. Apesar de sua dependência majoritária de atividades primárias, como agricultura e pesca, a região

demonstra elevado potencial para o desenvolvimento da economia criativa, configurando-se como alternativa estratégica para diversificar a economia, gerar empregos e preservar o patrimônio cultural local.

Dados da RAIS e CAGED reforçam esse potencial, em Parnaíba, as atividades criativas registraram 707 vínculos ativos em 2023, com destaque para atividades dos serviços de tecnologia da informação (187 trabalhadores) e as atividades de confecção de artigos do vestuário (161 trabalhadores), de acordo com a RAIS/MTE (2024). Dessa forma, a pesquisa é guiada pela seguinte questão central: Como a evolução dos trabalhadores da economia criativa na APA do Delta do Parnaíba entre 2013 e 2023 impactou o desenvolvimento regional, especialmente em comparação com os setores econômicos tradicionais? A hipótese é que a economia criativa impulsionou a diversificação e o desenvolvimento regional da APA do Delta do Parnaíba de forma mais resiliente que os setores tradicionais.

Assim, o objetivo geral do presente trabalho é investigar a evolução dos trabalhadores inseridos em setores e ocupações criativas nos municípios da Área de Proteção Ambiental (APA) do Delta do Parnaíba, no período de 2013 a 2023. Já os objetivos específicos são: analisar os fatores macroeconômicos e regionais do território da APA do Delta do Parnaíba; caracterizar o perfil dos trabalhadores criativos, com base em variáveis como gênero, faixa etária, escolaridade e evolução dos vínculos; comparar o setor criativo com setores econômicos tradicionais, evidenciando suas especificidades e desempenho relativo; e, compreender como o setor criativo contribui para a diversificação econômica, preservação da cultura local e geração de empregos, à luz de eventos como a crise de 2015 e a pandemia de COVID-19.

A análise do intervalo de tempo do estudo permite compreender de que maneira a crise econômica de 2015 e a COVID-19 influenciaram os trabalhadores criativos na região e como a economia criativa pode contribuir para o desenvolvimento regional. Além disso, justifica-se a importância deste estudo ao mostrar importantes transformações socioeconômicas e culturais na região. Este estudo, portanto, não apenas contribui para a compreensão do papel da economia criativa no contexto regional, mas também reforça sua relevância como uma ferramenta promissora para impulsionar o crescimento econômico em território como a APA do Delta do Parnaíba (Flew, 2012).

Este trabalho está organizado em mais quatro seções, além desta Introdução. A segunda seção apresenta uma revisão da literatura, abordando os conceitos de economia criativa e sua relação com o desenvolvimento regional, além da interação entre criatividade, inovação e crescimento econômico. A terceira seção descreve a metodologia adotada, com detalhamento das fontes de dados, variáveis e delimitação do estudo, centrado nos trabalhadores criativos da

APA Delta do Parnaíba (2013–2023). A quarta seção está dividida em duas partes: na primeira, uma caracterização socioeconômica da região, e na segunda, uma comparação entre os rendimentos dos trabalhadores criativos e de setores tradicionais. Finalmente, a quinta seção apresenta a conclusão e sugestões para fortalecer o setor criativo regionalmente.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Economia criativa e desenvolvimento regional

A economia criativa se consolidou como um pilar essencial para o desenvolvimento regional, unindo criatividade, inovação e conhecimento para gerar valor econômico e social. Esse conceito, que surgiu na Austrália nos anos 90 e ganhou força com o apoio do governo britânico no final da mesma década, abrange uma variedade de setores, desde publicidade e arquitetura até produção audiovisual, moda, tecnologia e artesanato (UNESCO, 2008; Howkins, 2001).

A base conceitual deste trabalho fundamenta-se na abordagem proposta pela UNCTAD (2010), que define a economia criativa como um eixo estratégico para o desenvolvimento sustentável. Essa abordagem destaca o potencial da economia criativa para a geração de emprego, o estímulo à inovação, a inclusão social, a promoção da diversidade cultural e a valorização simbólica do território. Segundo esse modelo, a economia criativa situa-se no cruzamento entre cultura, tecnologia e mercado, abrangendo tanto expressões culturais tradicionais quanto serviços voltados à inovação e ao consumo simbólico.

No contexto brasileiro, os debates sobre cultura e desenvolvimento encontram raízes nos trabalhos pioneiros de Celso Furtado (1920–2004). Em *Criatividade e Dependência na Civilização Industrial* (1978), Furtado já identificava a cultura como fator essencial para a superação das desigualdades regionais. Anos depois, o autor reforçaria essa visão em *Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise* (1983), ao afirmar que “a política de desenvolvimento deveria estimular atividades que criam empregos na região e se vinculam ao mercado local” (Furtado, 1983, p. 148), antecipando princípios que viriam a fundamentar políticas públicas voltadas à economia criativa.

Throsby (2010), em *"The Economics of Cultural Policy"*, enfatiza que políticas culturais bem elaboradas podem potencializar o impacto da economia criativa no desenvolvimento regional, trazendo dinamismo econômico e criando empregos. No Brasil, essa perspectiva materializou-se com a criação da Secretaria da Economia Criativa (SEC) em 2011, que definiu o setor como "a economia resultante das dinâmicas culturais, sociais e econômicas, construídas a partir do ciclo de criação, produção, distribuição/circulação/difusão e consumo/fruição de bens e serviços oriundos dos setores criativos, caracterizados pela prevalência de sua dimensão simbólica" (Brasil, 2011, p. 23).

A SEC organizou sua atuação em 20 setores estratégicos - incluindo artesanato, audiovisual e tecnologia - e implementou o Plano Brasil Criativo (2011-2014), fundamentado em quatro

pilares (Figura 1):

Figura 1 - A economia criativa brasileira e seus princípios norteadores



Fonte: Brasil (2011).

Os pilares da economia criativa brasileira são fundamentais para um modelo de desenvolvimento culturalmente enraizado e socialmente responsável. A diversidade cultural sustenta a criatividade nacional, conferindo originalidade e valor simbólico aos produtos e serviços. A sustentabilidade busca conciliar crescimento econômico, justiça social e responsabilidade ambiental. A inovação impulsiona a criação de novos produtos e processos, essenciais à competitividade. Já a inclusão social garante acesso à cultura, qualificação e renda, promovendo cidadania cultural e ampliando oportunidades (Brasil, 2011).

Conforme Throsby (2010), esse modelo mostra-se particularmente eficaz na revitalização de regiões com forte identidade cultural, ou seja, defende que a economia criativa é especialmente eficaz em revitalizar regiões e comunidades locais, onde existe uma forte ligação entre a produção criativa e a identidade cultural. Nesse contexto, Potts (2011) complementa o caráter transsetorial das inovações na economia criativa, que beneficiam diversos segmentos econômicos.

A conexão entre a economia criativa e o desenvolvimento regional é, acima de tudo, sobre valorizar os ativos locais, promovendo inclusão social e gerando renda. A Bahia destaca-se como caso paradigmático, com iniciativas desde 2003, quando Gilberto Gil ocupava o Ministério da Cultura. O Fórum Internacional das Indústrias Criativas, realizado em Salvador no ano de 2005, produziu a "Carta de Salvador", documento precursor que propunha a criação de um Centro Internacional das Indústrias Criativas no Brasil (Reis, 2012).

O Plano Bahia Criativa, lançado em 2013, articulou-se com as políticas nacionais de fomento à economia criativa, como a Política Nacional de Economia Criativa e o Plano Brasil Criativo (SECULT-BA, 2013). Em 2012, foi criado o Escritório Bahia Criativa, resultado de um convênio entre o Ministério da Cultura e a Secretaria de Cultura da Bahia, com o objetivo de oferecer capacitação e apoio a micro e pequenos empreendedores do setor criativo

(Escritório Bahia Criativa, 2017). Em 2018, a economia criativa movimentou R\$ 7,9 bilhões na Bahia, representando 3,2% do valor agregado do PIB estadual, e os trabalhadores criativos corresponderam a cerca de 1,7% das ocupações formais no estado (FIRJAN, 2016).

Koga, Vieira e Rodrigues (2015) apontam que a economia criativa abre mais portas de emprego para os jovens e permite que eles usem suas habilidades específicas, impulsionando o crescimento econômico e destacando regiões no cenário global. Além disso, Pinheiro, Ipiranga e Lopes (2023) enfatizam que a economia criativa pode transformar práticas de trabalho e incluir socialmente as comunidades locais, aproveitando suas características culturais e econômicas para fomentar o desenvolvimento.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a economia criativa surge como uma alternativa aos períodos de baixo crescimento econômico, desemprego e exclusão social, já que suas atividades englobam indústrias culturais, produção artística, diversas mídias e tecnologias de comunicação (IPEA, 2019). Essa perspectiva ecoa as proposições de Furtado (1978), para quem a criatividade cultural brasileira representava um caminho para o desenvolvimento endógeno. Como destaca De Marchi (2013), a análise furtadiana permite compreender a economia criativa como via para um desenvolvimento justo e inclusivo, que valoriza as especificidades locais.

A economia criativa tem se destacado como um motor importante para o desenvolvimento regional sustentável. Pesquisas mostram que as indústrias criativas ajudam a acelerar padrões sustentáveis de consumo e produção, promovendo o crescimento regional de forma sustentável. A adoção de estratégias de especialização inteligente, como visto na região de Attica, prova que a economia criativa pode ser integrada a políticas regionais para estimular o crescimento sustentável (Manioudis; Angelakis, 2023).

Além disso, a economia criativa é considerada uma forma única de empreendedorismo que impacta positivamente a economia sustentável de um país, como demonstrado no contexto da África do Sul (Oyekunle; Sirayi, 2018). No entanto, ainda há um debate sobre a eficácia da classe criativa em impulsionar o desenvolvimento regional em comparação com o capital humano tradicional, com evidências mistas sobre qual abordagem é mais eficaz em diferentes cenários. (Florida; Mellander; Stolarick, 2008).

O desenvolvimento regional é um conceito que considera as relações sociais e econômicas dentro de um espaço geográfico específico, levando em conta suas particularidades históricas e culturais. Nesse contexto, a economia criativa pode atuar como um catalisador, promovendo a diversificação econômica, incentivando a inclusão produtiva e preservando a identidade cultural das regiões. Dallabrida (2000) destaca que o desenvolvimento regional envolve

enfrentar desafios locais e valorizar as potencialidades territoriais, aspectos que se conectam diretamente com os princípios da economia criativa.

A Unesco (2010) e a UNCTAD (2010) afirmam que a economia criativa não só gera empregos e renda, mas também promove inclusão social, diversidade cultural e desenvolvimento humano. Esses benefícios surgem da interconexão entre cultura, tecnologia e propriedade intelectual, formando um sistema econômico que se baseia no conhecimento e na inovação. Como destacam Dalla Costa e Souza-Santos (2011), a economia criativa combina talento com objetivos econômicos, utilizando ativos intangíveis para impulsionar a competitividade e a sustentabilidade econômica das regiões.

Diante desse cenário, a economia criativa se apresenta como uma alternativa estratégica para promover o desenvolvimento sustentável, integrando social, econômica e culturalmente as regiões. Seu potencial transformador está ligado à valorização das identidades locais, ao fomento do turismo cultural e à criação de novas formas de geração de riqueza.

2.2 Mercado de trabalho na economia criativa

O mercado de trabalho na economia criativa tem se destacado por oferecer oportunidades únicas em comparação com ocupações tradicionais, tanto em termos de remuneração quanto de qualificação profissional. Segundo a FIRJAN (2019), os profissionais da economia criativa têm, em média, salários aproximadamente 2,37 vezes maiores que a média nacional, evidenciando a valorização de competências criativas e digitais nesse segmento.

Além disso, dados do Itaú Cultural (2023), indicam que, no quarto trimestre de 2023, o emprego na economia criativa demonstrou variação positiva de 4% em relação ao mesmo período do ano anterior, alcançando o número total de 7.747.315 trabalhadores, o maior patamar desde o início da série histórica disponível. Essas observações reforçam as ideias de Florida (2002), que destaca o papel da classe criativa como impulsionadora do desenvolvimento local, promovendo inovação, empreendedorismo e transformações urbanas.

Esse dinamismo também se manifesta no plano regional, com destaque para iniciativas públicas voltadas à expansão da economia criativa. No Sudeste, por exemplo, estados e municípios receberam um montante de R\$ 1,4 bilhão por meio da Lei Paulo Gustavo, visando fomentar a diversidade e a descentralização da produção cultural (Brasil, 2023).

Um exemplo relevante é o caso da Bahia, onde o Plano Bahia Criativa, implementado em 2014, consolidou uma estrutura institucional de fomento ao setor criativo. Sediado no Forte do Barbalho, em Salvador, o Escritório Bahia Criativa atua como centro de qualificação para artistas, técnicos e microempreendedores. Entre 2014 e 2016, foram promovidas 252 ações,

como cursos e consultorias, com 3.319 atendimentos (Bahia, 2017). O relatório aponta ainda cerca de 111 mil pessoas formalmente ocupadas no setor criativo, sendo mais de 76 mil na Região Metropolitana de Salvador, destacando a importância estratégica do segmento para o estado.

Outro aspecto relevante do mercado de trabalho criativo é a mobilidade geográfica e a concentração territorial dos profissionais do setor. Trabalhadores criativos tendem a se concentrar em áreas urbanas densamente povoadas, onde há maior oferta de infraestrutura cultural, redes colaborativas e oportunidades econômicas, o que favorece a inovação e o intercâmbio de ideias, elementos centrais para a dinâmica da economia criativa (Pratt, 2011).

Além disso, o acesso à educação e à qualificação profissional contínua é um fator determinante para a inserção e permanência desses profissionais no mercado, reforçando a importância de políticas públicas voltadas ao fortalecimento das competências criativas e digitais (UNCTAD, 2010).

Além da dimensão geográfica, o mercado de trabalho criativo revela particularidades relevantes no que se refere à rotatividade profissional e à capacidade de adaptação frente às transformações tecnológicas. Conforme argumenta Dosi (1988), a evolução tecnológica contínua altera profundamente as trajetórias produtivas, exigindo das empresas a contratação de profissionais altamente qualificados para preservar sua competitividade. Nesse contexto, mesmo diante da crise econômica que levou ao encerramento de aproximadamente 1,7 milhão de postos de trabalho entre 2015 e 2017, o setor da economia criativa demonstrou resiliência.

De acordo com a FIRJAN (2019), foram geradas cerca de 25,5 mil novas vagas no período, sobretudo em áreas digitais voltadas à experiência do consumidor. Destaca-se, ainda, que a área de Tecnologia concentrou 37,1% dos profissionais criativos do país, refletindo a crescente valorização de competências relacionadas à inovação e à transformação digital.

A economia criativa tem se consolidado como uma ferramenta estratégica para promover inclusão social e reduzir desigualdades. No Brasil, as mulheres representam 57,8% dos profissionais no setor de moda, evidenciando a relevância da participação feminina nas atividades criativas (SEBRAE, 2022). Além disso, comunidades que desenvolvem projetos culturais apresentam remuneração média 28% superior em relação a outras regiões, conforme análise do IPEA (2023), indicando o potencial transformador dessas iniciativas no território.

O setor também demonstra notável resiliência frente às crises econômicas. De acordo com relatório da UNCTAD (2008), mesmo durante a crise financeira global de 2008, o comércio internacional de bens e serviços criativos manteve trajetória de crescimento. Esse padrão também foi observado no Brasil entre 2015 e 2017, período em que o setor criativo seguiu

gerando empregos, mesmo em um contexto de recessão econômica (FIRJAN, 2019).

Em 2020, o Brasil registrava mais de 935 mil profissionais formalmente empregados na economia criativa, representando um aumento de 1,8% em relação a 2019 e de 11,7% comparado a 2017. Esse crescimento ocorreu em um período de retração no mercado de trabalho nacional, reforçando a importância do setor na geração de empregos e na estabilidade econômica (FIRJAN, 2022).

Diante desse cenário, evidencia-se que a economia criativa é um componente estratégico do desenvolvimento econômico e social, promovendo inovação, qualificação profissional e inclusão. Valorizar o capital humano e a criatividade torna-se essencial para a construção de um ambiente econômico dinâmico, resiliente e adaptado às transformações do século XXI.

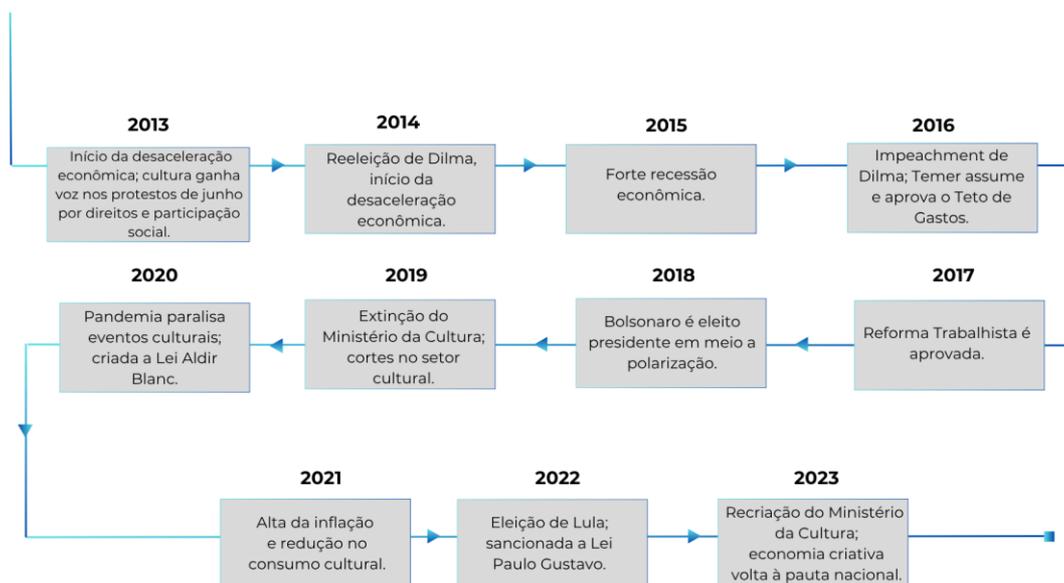
2.3 Crises econômicas recentes e o setor criativo

As crises econômicas que afetaram o Brasil nas últimas décadas, como a crise financeira de 2008, a recessão de 2014–2016 e a pandemia de COVID-19, impactaram fortemente a economia criativa. Composta majoritariamente por micro e pequenos empreendedores, essa economia apresenta alta informalidade e forte dependência de políticas públicas, financiamento e estabilidade de renda. Apesar dessas fragilidades, o setor mostrou grande resiliência. Segundo a Firjan (2019), mesmo durante a retração entre 2014 e 2016, a economia criativa manteve crescimento, evidenciando sua capacidade de adaptação e inovação diante das adversidades.

Durante os momentos de crise, observou-se uma redução significativa nos investimentos públicos e privados em cultura, inovação e educação, o que comprometeu a sustentabilidade de muitos modelos de negócios criativos. Ao mesmo tempo, essas adversidades estimularam adaptações importantes, como a intensificação da digitalização, a reconfiguração das redes produtivas e o fortalecimento de nichos simbólicos. Conforme Santos e Santana (2022), a pandemia de COVID-19 acelerou a adoção de ferramentas digitais por empreendimentos criativos, permitindo sua continuidade e, em alguns casos, expansão de mercado.

Para compreender de maneira abrangente os impactos das crises econômicas recentes sobre a economia criativa no Brasil, é fundamental examinar os principais acontecimentos macroeconômicos e políticos ocorridos entre 2013 e 2023. Nesse período, sucessivas gestões presidenciais enfrentaram distintos contextos de instabilidade, desde recessões internas até choques externos de grande magnitude, como sintetiza a linha do tempo apresentada na Figura 2.

Figura 2 - Linha do tempo dos principais acontecimentos macroeconômicos e políticos ocorridos entre 2013 e 2023



Fonte: Elaboração própria com base no Brasil (2022); IPEA (2023).

O período correspondente ao governo de Dilma Rousseff (2011–2016) representou uma inflexão na trajetória econômica brasileira. Após quase uma década de crescimento sustentado e avanços na redução das desigualdades sociais, o país passou a enfrentar uma fase de desaceleração, impulsionada tanto pela piora do cenário internacional quanto por limitações nas políticas econômicas adotadas internamente. Conforme análise de Gentil e Hermann (2017), a política fiscal implementada nesse período mostrou-se pouco eficaz diante da crescente incerteza, contribuindo para o arrefecimento do crescimento.

Apesar do contexto internacional desfavorável, marcado pelos desdobramentos da crise financeira global de 2008 e seus efeitos prolongados na economia europeia, o primeiro mandato (2011–2014) foi caracterizado pela tentativa de sustentar o consumo interno e manter o compromisso com a agenda social. As principais medidas incluíram a ampliação do crédito via bancos públicos, o reajuste real do salário mínimo, investimentos em infraestrutura e a continuidade de programas de transferência de renda. Esse conjunto de ações buscava mitigar os efeitos do ambiente externo adverso e preservar a atividade econômica doméstica (Gentil; Hermann, 2017).

A partir de 2011, o Brasil passou a adotar a chamada “Nova Matriz Econômica”, com foco em reaquecer a economia por meio de políticas fiscais expansionistas, redução da taxa de juros,

ampliação do crédito público, desvalorização cambial e incentivos à indústria nacional. Essa estratégia buscava enfrentar os efeitos da crise global de 2008 por meio de ações anticíclicas (Oreiro, 2017). Apesar de efeitos positivos no curto prazo, como estímulo ao consumo e ao emprego, a política resultou em desequilíbrios macroeconômicos, afetando a credibilidade fiscal e a estabilidade econômica do país.

De acordo com Oreiro (2017), a perda de credibilidade na política fiscal, o descontrole inflacionário e o enfraquecimento das expectativas dos agentes econômicos comprometeram a eficácia da estratégia adotada. Como consequência, o Brasil entrou em um processo de estagnação econômica que culminou, entre 2014 e 2016, na mais profunda recessão de sua história recente.

Esse quadro econômico foi agravado por uma grave crise política, marcada pela instabilidade institucional, crise de governabilidade e pelo processo de impeachment da então presidente Dilma Rousseff. Esse processo, fundamentado em alegações de crimes de responsabilidade fiscal relacionados às chamadas “pedaladas fiscais”, gerou um ambiente de paralisia decisória que aprofundou ainda mais a crise econômica e política do país (Cremonese, 2019).

No âmbito da economia criativa, o período contou inicialmente com a criação da Secretaria da Economia Criativa, vinculada ao Ministério da Cultura, que buscava articular políticas públicas voltadas à inovação cultural. Contudo, o agravamento da crise política e as políticas de contenção de gastos resultaram em cancelamentos de editais, descontinuidade de programas e enfraquecimento institucional do MinC.

O período do governo Michel Temer (2016–2018) foi marcado pelo esforço de restaurar a estabilidade macroeconômica e a confiança dos agentes econômicos em meio à mais grave crise econômica, política e institucional desde a redemocratização após o colapso fiscal, político e social herdado da gestão anterior.

Assumindo o poder em um contexto de forte recessão, inflação elevada, desemprego crescente e grave deterioração das contas públicas, a administração Temer adotou uma agenda centrada no reequilíbrio fiscal e na flexibilização das políticas monetária e trabalhistas, e a adoção de reformas estruturais como a Emenda Constitucional nº 95/2016 (Teto de Gastos) e a Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017), medidas que visavam conter o déficit público e flexibilizar o mercado de trabalho. No entanto, a recuperação da economia brasileira ocorreu de forma lenta, com crescimento modesto e desemprego elevado.

Para a economia criativa, o contexto recente foi especialmente desfavorável. A Emenda Constitucional nº 95/2016, ao instituir um novo regime fiscal, limitou severamente os

investimentos públicos em áreas sociais, culturais e de inovação simbólica. O congelamento dos gastos primários por 20 anos comprometeu a formulação de políticas estruturantes para o setor. O Ministério da Cultura chegou a ser extinto, sendo recriado apenas após forte mobilização social. Nesse período, as políticas culturais foram enfraquecidas, e a dependência da Lei Rouanet concentrou recursos em grandes centros, dificultando o acesso de projetos periféricos (Costa; Souza-Santos, 2011).

Entre 2019 e 2022, o governo Jair Bolsonaro conduziu a economia brasileira ainda sob os efeitos da lenta recuperação da crise econômica de 2014–2016. A gestão adotou uma linha econômica de inspiração neoliberal, defendendo a diminuição da presença do Estado na economia, ampliação das privatizações, reformas estruturais e maior autonomia do Banco Central. O foco era a manutenção da estabilidade dos preços e do ajuste fiscal, com base na ideia de que a crise era fruto do desequilíbrio nas contas públicas. Segundo De Araújo (2023), essa orientação neoliberal foi mantida mesmo durante a pandemia da Covid-19, com medidas de austeridade que limitavam os efeitos das políticas de expansão fiscal.

A partir de 2020, a pandemia da COVID-19 impôs uma reorientação emergencial das políticas econômicas globais. No Brasil, o avanço do vírus, o lockdown e a paralisação das cadeias produtivas provocaram retração econômica, alta do desemprego e pressão inflacionária. Como resposta e por pressão por parte do congresso nacional, o governo implementou o Auxílio Emergencial, programa de transferência direta de renda que, somente em 2020, mobilizou cerca de R\$ 293,1 bilhões (Brasil, 2021). A medida teve como objetivo garantir a subsistência das famílias mais vulneráveis e manter o consumo, evitando um colapso mais severo na demanda agregada.

A retomada econômica entre 2021 e 2022 foi fortemente influenciada por fatores externos, como a guerra na Ucrânia, a alta das commodities e as disfunções logísticas globais (IPEA, 2023). No cenário interno, o governo federal flexibilizou sua agenda liberal frente à pandemia, adotando medidas emergenciais de grande impacto fiscal. Em 2022, a Emenda Constitucional nº 123/2022 (“PEC dos Benefícios”) autorizou gastos fora do teto, promovendo uma política fiscal expansionista combinada a uma política monetária contracionista, como parte do esforço para conter a inflação acumulada (Brasil, 2022a).

No campo da cultura, a economia criativa permaneceu à margem das prioridades governamentais. O Ministério da Cultura foi substituído por uma Secretaria Especial, vinculada ao Ministério do Turismo, com autonomia limitada e orçamento reduzido (Brasil, 2021). A descontinuidade de editais públicos, a ausência de uma política nacional articulada e o desmonte institucional afetaram negativamente a capacidade operacional do setor cultural e

criativo, aprofundando a vulnerabilidade dos profissionais da área (IPEA, 2022; UNESCO, 2010).

O impacto da pandemia de COVID-19 foi especialmente severo para os setores de artes, cultura, esporte e recreação. De acordo com dados do IBGE, compilados pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS, 2024), “o número de pessoas ocupadas no setor cultural caiu de 5,5 milhões para 4,8 milhões entre 2019 e 2020, uma redução de 11,2%, segundo dados do IBGE” (MDS, 2024, p. 49). A informalidade estrutural e a ausência de proteção social agravaram ainda mais a vulnerabilidade dos trabalhadores criativos.

Segundo o IPEA (2021), mais de 900 mil trabalhadores do setor cultural foram afetados pela pandemia em 2020, evidenciando a fragilidade desse segmento diante da crise sanitária. A aprovação da Lei Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020) constituiu uma resposta emergencial significativa, embora limitada por entraves como a exclusão digital e a precarização da gestão cultural local.

No contexto dos impactos recentes, Ribeiro, Antigo e Borges (2022) analisaram o perfil dos trabalhadores da economia criativa no Brasil entre 2012 e 2021. Com base em dados da PNAD Contínua e modelos econométricos, o estudo identificou maior fragilidade desses trabalhadores a partir da crise de 2015, intensificada pela pandemia de COVID-19. Desigualdades de rendimento foram agravadas por fatores como raça, gênero, escolaridade e localização regional, especialmente no Norte e Nordeste. Os autores destacam a necessidade de políticas públicas que enfrentem essas vulnerabilidades e ampliem o potencial transformador da economia criativa em tempos de crise.

O terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2023–2026) teve início em um ambiente de desafios herdados da gestão anterior, marcado por instabilidade política, pressões inflacionárias persistentes e elevada taxa de juros. O governo Lula manteve a estrutura institucional de um Banco Central independente, com a diretoria indicada pela gestão anterior, e metas de inflação previamente estabelecidas. Ainda assim, buscou conciliar a política fiscal expansiva com uma inflação em desaceleração, promovendo a retomada do crescimento econômico e o combate à desigualdade social.

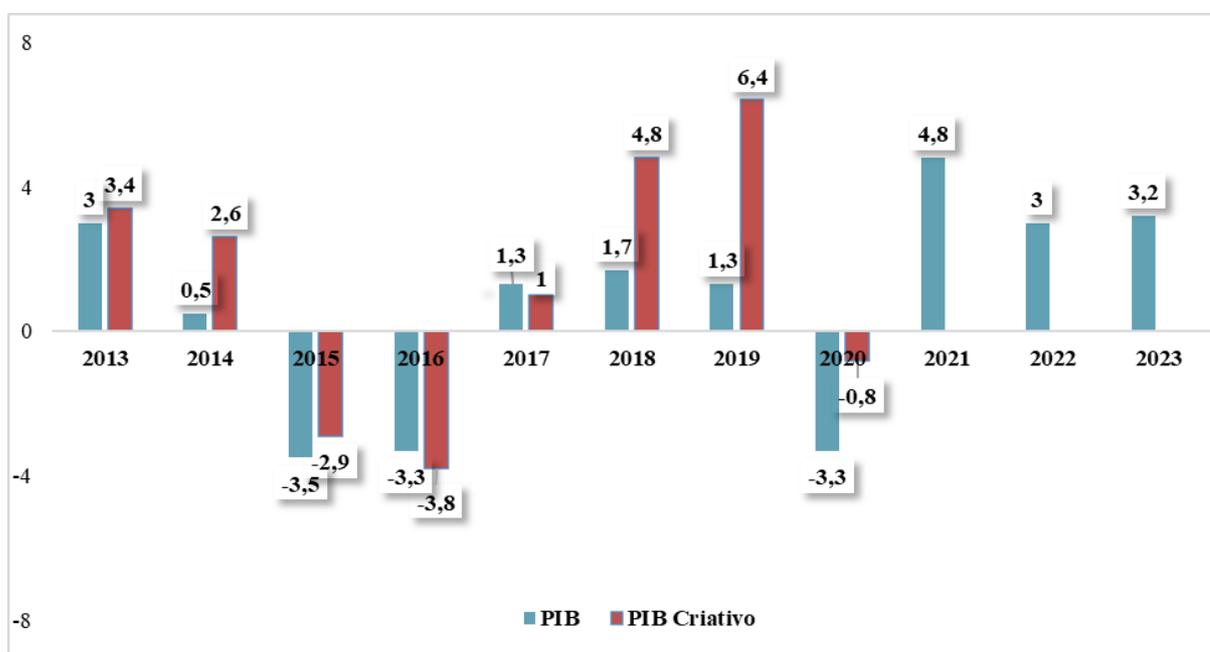
Na economia criativa, houve avanços institucionais recentes, como a recriação do Ministério da Cultura, a reestruturação de programas como Cultura Viva e Pontos de Cultura, além da regulamentação da Lei Paulo Gustavo e da LAB II, com repasses a estados e municípios. A digitalização cultural, aliada à recuperação da renda e do emprego, favoreceu o setor. No entanto, desafios persistem, como informalidade, concentração de recursos em grandes centros e escassez de dados sobre cadeias produtivas em regiões periféricas, como a

APA do Delta do Parnaíba (IPEA, 2023). A melhora dos indicadores econômicos em 2023, com queda da inflação e do desemprego, cria um cenário mais favorável à retomada do setor.

2.4 Panorama da economia criativa entre 2013 e 2023 no Brasil

Com o objetivo de compreender o contexto em que se desenvolveu o setor criativo no Brasil entre os anos de 2013 e 2023, apresentam-se os principais indicadores macroeconômicos nacionais: Produto Interno Bruto (PIB), taxa de inflação (IPCA), taxa básica de juros (Selic), taxa média de desemprego, além da variação específica do PIB da economia criativa, conforme mostra o Gráfico 1. Esses indicadores são essenciais para avaliar os impactos das crises econômicas recentes sobre o mercado de trabalho e, em especial, sobre os trabalhadores criativos.

Gráfico 1 - Variação anual do PIB total e do PIB Criativo do Brasil (%) (2013–2023)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do FIRJAN (2022); IBGE (2023).

A economia criativa demonstrou resiliência em diversos momentos críticos entre 2013 e 2023, mas também expôs vulnerabilidades estruturais diante das crises. A partir de 2015, os efeitos da recessão nacional impactaram o setor: enquanto o PIB brasileiro recuou -3,5% em 2015 e -3,3% em 2016, o PIB criativo também encolheu, com quedas de -2,9% e -3,8%. Esses resultados refletem a sensibilidade do setor à retração do consumo e à redução dos investimentos culturais. Sob a ótica macroeconômica, tal desempenho decorre da combinação entre um choque negativo de produtividade e políticas fiscais expansionistas insustentáveis, que comprimiram o investimento privado e limitaram o crescimento endógeno (Oreiro; Paula; Basilio, 2013).

Durante a crise sanitária de 2020, provocada pela pandemia de Covid-19, o desempenho da economia criativa surpreendeu positivamente, apesar de retração, sua queda foi menos acentuada (-0,8%) do que a do PIB nacional (-3,3%), demonstrando relativa resiliência. De acordo com a UNESCO (2022), a digitalização acelerada e o uso de plataformas online contribuíram para mitigar os impactos sobre setores como audiovisual, design e produção de conteúdo digital.

Nos momentos de estabilidade ou recuperação econômica, o setor criativo demonstrou uma capacidade de crescimento acima da média. Em 2019, por exemplo, registrou um expressivo avanço de 6,4%, contrastando com o crescimento modesto de 1,3% do PIB nacional. Essa disparidade reforça o dinamismo da economia criativa, que tende a aproveitar melhor os períodos de expansão, impulsionada pela inovação, digitalização e maior demanda por produtos culturais e serviços criativos.

Embora os dados mais recentes (2021 a 2023) ainda estejam em consolidação, as evidências disponíveis indicam que o setor manteve sua trajetória de valorização, impulsionado pelas transformações digitais, novos modelos de negócios e a crescente relevância das indústrias baseadas em conhecimento e criatividade no cenário pós-pandemia (FIRJAN, 2022).

Essa trajetória do PIB da economia criativa, no entanto, não pode ser dissociada do contexto macroeconômico mais amplo que marcou o país entre 2013 e 2023. O comportamento de variáveis como a inflação, a taxa básica de juros (Selic) e o desemprego exerceu influência direta sobre o consumo, o crédito e o investimento, elementos fundamentais para a dinâmica dos setores criativos. Em momentos de instabilidade, esses fatores contribuíram para a retração de projetos culturais e tecnológicos, enquanto, em fases de recuperação, favoreceram a retomada de iniciativas e a ampliação do mercado criativo. A Tabela a seguir apresenta a evolução desses indicadores no período analisado:

Tabela 1 - Indicadores macroeconômicos do Brasil (2013–2023)

Ano	Inflação – IPCA (%)	Média Anual-	
		Selic (%)	Desemprego (%)
2013	5,91	8,15	7,3
2014	6,41	10,74	6,7
2015	10,67	13,33	8,9
2016	6,29	14,06	11,7
2017	2,95	10,12	12,6
2018	3,75	6,47	12,2
2019	4,31	5,87	11,8
2020	4,52	2,78	13,8
2021	10,06	4,72	14
2022	5,79	12,76	9,6
2023	4,62	13,2	7,8

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central (2023); IBGE (2023); IPEADATA(2025).

Ao observar os dados, nota-se que a inflação (IPCA) atingiu níveis críticos em 2015 (10,67%) e em 2021 (10,06%), impulsionada por choques internos e externos, como crises políticas, desequilíbrios fiscais, pandemia e a volatilidade nos preços de energia e alimentos. Como resposta, a política monetária adotada pelo Banco Central foi marcada por ciclos de aperto e flexibilização, com destaque para o aumento da taxa Selic, que chegou a 14,06% em 2016 e encerrando 2023 em 13,20%. Essas elevações da taxa básica de juros, embora necessárias para conter a inflação, também encareceram o crédito e reduziram a capacidade de financiamento de empresas e consumidores.

No caso da economia criativa, esse cenário representou um entrave significativo, especialmente para micro e pequenos empreendedores culturais e tecnológicos, que enfrentam maior dificuldade de acesso a linhas de financiamento convencionais e são altamente sensíveis a variações na renda disponível da população (Frey, 2019).

Por sua vez, o mercado de trabalho sofreu deterioração acentuada a partir de 2015, com o desemprego alcançando o pico de 14% em 2021, reflexo da crise econômica, das reformas trabalhistas e, posteriormente, dos efeitos da pandemia. Em 2020, com a pandemia da Covid-19, o PIB recuou 3,9%, o desemprego chegou a 13,5% e os setores culturais e criativos sofreram forte retração, sobretudo nas atividades presenciais, como eventos e espetáculos. Medidas como o auxílio emergencial e a Lei Aldir Blanc buscaram mitigar os impactos, mas tiveram alcance limitado diante da magnitude das perdas no setor (Brasil, 2020).

A partir de 2022, iniciou-se uma tendência de recuperação, com o desemprego recuando para 9,6% e, em 2023, atingindo 7,8% — o menor índice desde 2015. Apesar da melhora, a

informalidade ainda predomina em muitos segmentos, incluindo os setores criativos, o que limita a estabilidade e a proteção social dos trabalhadores. De acordo com o FIRJAN (2022), grande parte dos profissionais da economia criativa atua como autônomo ou em regimes precários, o que acentua a vulnerabilidade do setor diante de choques externos.

Contudo, os impactos acumulados da década, especialmente os efeitos da crise sanitária, ainda repercutem na estrutura produtiva e na sustentabilidade de muitos segmentos criativos, exigindo atenção contínua para políticas de fomento, regulação e inclusão produtiva.

3 METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem quantitativa, descritiva e exploratória, com base em dados secundários extraídos de fontes oficiais, com o objetivo de investigar a evolução da economia criativa e seu impacto no desenvolvimento regional do território do APA do Delta do Parnaíba entre os anos de 2013 e 2023. O foco está na compreensão da dinâmica do mercado de trabalho formal dos setores criativos, analisando o perfil dos trabalhadores, sua inserção socioeconômica e a relevância dessas atividades para a economia local.

Para isso, este trabalho utiliza os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), referentes ao período de 2013 a 2023, para investigar a evolução dos trabalhadores inseridos em setores e ocupações relacionadas à economia criativa na APA do Delta do Parnaíba. A análise considera as características das ocupações e atividades criativas, comparando-as aos setores econômicos tradicionais, com o objetivo de identificar as transformações e desafios enfrentados pelo setor na região.

Quanto aos fins, esta pesquisa pode ser classificada como exploratória, pois tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema estudado, especialmente considerando que a economia criativa no território do APA do Delta do Parnaíba ainda é um campo com escassa investigação sistemática. Segundo Collis e Hussey (2005), pesquisas exploratórias são apropriadas quando há pouco conhecimento acumulado sobre determinado fenômeno e é necessário compreender seus contornos básicos.

Além disso, trata-se também de uma pesquisa descritiva, pois busca identificar, registrar e analisar as características dos trabalhadores criativos da região, descrevendo variáveis como escolaridade, gênero, vínculos formais e inserção territorial. De acordo com Gil (2008), a pesquisa descritiva preocupa-se em apresentar os fatos tal como ocorrem na realidade, sem necessariamente explicar suas causas. Essa definição é reforçada por Vergara (2006), que aponta que esse tipo de pesquisa visa relatar fenômenos observáveis, estruturando e sistematizando os dados sem formular juízos de causalidade.

Quanto à natureza dos dados, a abordagem adotada é quantitativa, uma vez que utiliza técnicas estatísticas para organizar, analisar e interpretar informações numéricas sobre os vínculos formais nos setores criativos da região. Conforme Marconi e Lakatos (2012), esse tipo de abordagem é apropriado quando se pretende mensurar fenômenos e realizar comparações com base em dados concretos e objetivos.

Para a análise do presente trabalho, adotou-se a abordagem da UNCTAD (2010) compatibilizada com a classificação do Observatório Itaú Cultural (2022), que permitiu delimitar com precisão os setores criativos e identificar as atividades formais na APA do Delta do Parnaíba. Os setores intensivos em criatividade foram agrupados nos seguintes segmentos: moda, atividades artesanais, editorial, cinema, música, fotografia, rádio e TV, tecnologia da informação, arquitetura, publicidade e serviços empresariais, design, artes cênicas, artes visuais, museus e patrimônio

Essa categorização possibilitou o mapeamento das atividades formais na região e uma análise detalhada do impacto da economia criativa no território da APA do Delta do Parnaíba. As informações analisadas neste trabalho foram obtidas por meio de bases de dados secundárias, com destaque para aquelas produzidas por órgãos oficiais, reconhecidas por sua abrangência e confiabilidade. As principais fontes utilizadas foram:

- RAIS (Relação Anual de Informações Sociais): base indispensável para mensuração do número de vínculos formais, distribuição de rendimentos, grau de escolaridade e localização dos trabalhadores por setor de atividade econômica. Instituída pelo Decreto nº 76.900/1975, a RAIS é a base mais utilizada em estudos sobre emprego formal no Brasil.
- CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados): utilizado de forma complementar, oferece dados atualizados sobre movimentações no mercado de trabalho, como admissões e desligamentos, permitindo observar as dinâmicas mais recentes.
- UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development): serviu de referência conceitual e metodológica para a delimitação dos setores criativos. Seu modelo divide a economia criativa em quatro grandes grupos: artes, patrimônio, mídia e criações funcionais, os quais foram fundamentais para a categorização dos dados.
- CNAE 2.0 (Classificação Nacional de Atividades Econômicas): sistema oficial brasileiro para classificação das atividades econômicas, aprovado em 2006 e coordenado pelo IBGE. A CNAE 2.0 foi essencial para identificar, com precisão, as atividades econômicas formais ligadas à economia criativa no Brasil, por meio da padronização de códigos que permitem a análise estatística detalhada.
- Firjan e Observatório Itaú Cultural: forneceram dados para a identificação das atividades criativas mais relevantes no contexto nacional e regional

A compatibilização entre os grupos da UNCTAD, a classificação do Observatório do Itaú Cultural (2022) e os códigos da CNAE 2.0 possibilitaram a delimitação de um conjunto de 20

atividades criativas presentes no território estudado. A seleção abrange setores como moda, artesanato, audiovisual, publicidade, design, arquitetura, música, tecnologia da informação e patrimônio cultural, considerados relevantes tanto do ponto de vista simbólico quanto produtivo.

Essa compatibilização buscou contornar um dos principais desafios da mensuração da economia criativa no Brasil: a informalidade e a transversalidade dessas atividades. Ao focar no universo formal captado pela RAIS e pelo CAGED, foi possível realizar uma análise estruturada, com recortes territoriais e temporais definidos.

A seguir, foi elaborado o Quadro 1, que apresenta a correspondência entre os grupos propostos pela UNCTAD, as respectivas atividades criativas e os códigos da CNAE 2.0, associados às categorias do Observatório Itaú Cultural. Essa sistematização garante a fundamentação empírica necessária para o levantamento e análise dos dados secundários da pesquisa.

Além da perspectiva setorial, também se reconhece a complexidade ocupacional da economia criativa. Existem ocupações criativas exercidas em setores não criativos, como um designer trabalhando em uma indústria automobilística, assim como funções não criativas exercidas dentro de organizações culturais. Embora a presente pesquisa esteja centrada nas atividades formais por setor (CNAE), esse fator foi considerado na análise qualitativa dos resultados.

Quadro 1 - Atividades criativas compatibilizadas entre UNCTAD, Observatório Itaú e CNAE 2.0

Grupo UNCTAD	Atividade Criativa	Código CNAE 2.0
Artes	Fabricação de artefatos têxteis, exceto vestuário	13.5
	Preparação e fiação de fibras têxteis	13.1
	Fabricação de artigos de malharia e tricotagem	14.2
	Confeção de artigos do vestuário e acessórios	14.1
	Fabricação de artigos de joalheria, bijuteria e semelhantes	32.1
	Fabricação de produtos de madeira, cortiça e material trançado, exceto móveis	16.2
	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	90.0
Patrimônio	Atividades de bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais	91.0
Mídia	Edição integrada à impressão de livros, jornais, revistas e outras publicações	58.2
	Atividades cinematográficas, produção de vídeos e programas de televisão	59.1
	Atividades de gravação de som e edição de música	59.2

	Atividades de rádio	60.1
	Atividades de televisão	60.2
Criações Funcionais	Serviços de arquitetura e engenharia e atividades técnicas relacionadas	71.1
	Testes e análises técnicas	71.2
	Publicidade	73.1
	Atividades de design especializado (design gráfico, de produto etc.)	74.1
	Atividades dos serviços de tecnologia da informação	62.0
	Outras atividades de prestação de serviços de informação	63.9
	Reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação	95.1

Fonte: Elaboração própria com base em UNCTAD (2010), Observatório Itaú Cultural (2022) e CNAE 2.0; MTE(2024).

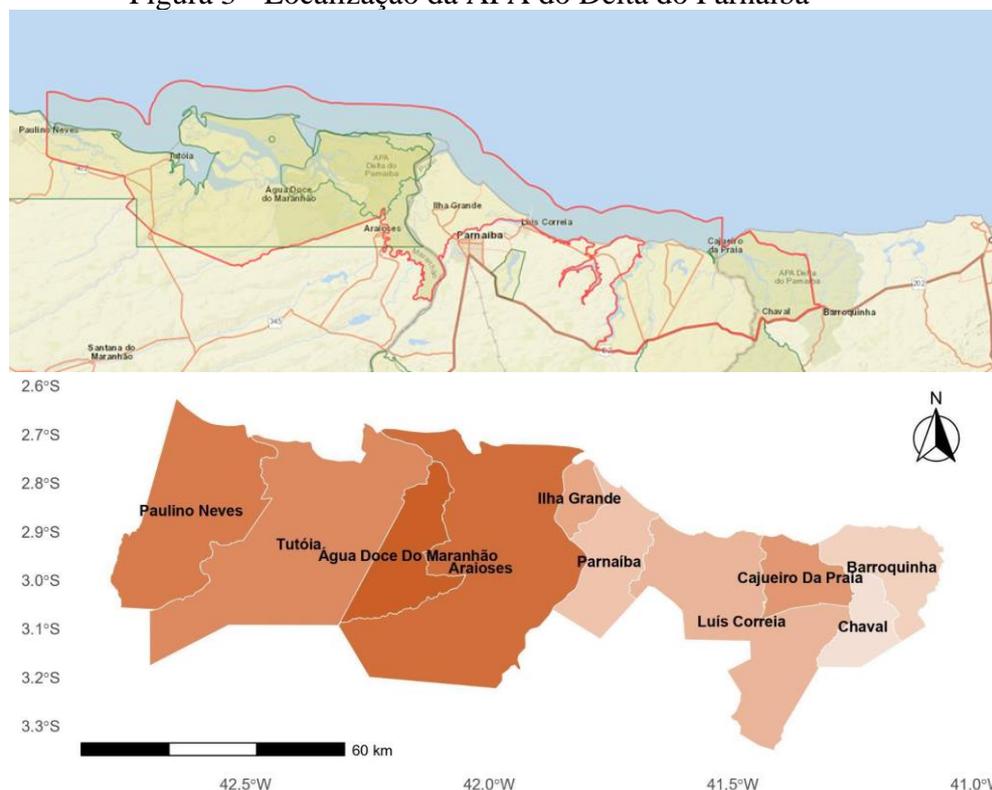
A análise dos dados foi realizada em três etapas principais:

1. Caracterização do perfil dos trabalhadores criativos, a partir de variáveis como gênero, faixa etária, grau de escolaridade, e evolução do número de vínculos ao longo da série histórica;
2. Comparação com setores econômicos tradicionais, com base no volume de vínculos, com o objetivo de evidenciar as especificidades e o desempenho relativo da economia criativa em relação a outros segmentos da economia;
3. Avaliação do contexto regional, considerando os impactos de eventos históricos e as fragilidades estruturais em relação à economia criativa.

3.1 Caracterização da área de estudo

Devido à sua importância ecológica, social e econômica, foi criada, em 28 de agosto de 1996, a APA do Delta do Parnaíba, conforme Decreto Federal s/nº e legislação ambiental vigente (Brasil, 1996). Com cerca de 307.590 hectares, abrange dez municípios distribuídos nos estados do Maranhão (Paulino Neves, Tutóia, Água Doce do Maranhão e Araisos), Piauí (Cajueiro da Praia, Ilha Grande, Parnaíba e Luís Correia) e Ceará (Chaval e Barroquinha) (ICMBio, 2012), conforme ilustra a Figura 3, que apresenta o mapa de localização da área protegida.

Figura 3 - Localização da APA do Delta do Parnaíba



Fonte: Elaboração própria realizada na plataforma R (2025) e com base no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação CNUC(2024).

A APA abriga o único delta em mar aberto das Américas, formado pelas ramificações do rio Parnaíba e seus afluentes, como os rios Igarauçu e Portinho. Trata-se de uma região marcada por elevada sensibilidade ambiental e expressiva biodiversidade, seu objetivo é proteger os ecossistemas costeiros, fomentar o turismo ecológico, orientar o uso sustentável dos recursos naturais e valorizar as tradições culturais locais (Brasil, 1996)

Além da APA, foi criada a Reserva Extrativista Marinha (RESEX) do Delta do Parnaíba, por meio do Decreto nº 3.689, de 16 de novembro de 2000, que abrange aproximadamente 27.022 hectares, envolvendo os municípios de Ilha Grande (PI) e Araiões (MA). Seu propósito é garantir a conservação dos recursos naturais renováveis e promover a exploração sustentável pelas comunidades tradicionais da região (Brasil, 2000; ISA, 2010).

Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), a Área de Proteção Ambiental é definida como:

uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. (Brasil, 2000, art. 15, §1º, inciso V).

A geografia da APA é singular: situada em uma zona de transição entre os biomas Marinho-Costeiro, Cerrado e Caatinga, formando um ecossistema altamente produtivo, considerado um santuário reprodutivo para inúmeras espécies migratórias (Guzzi, 2012). Para melhor compreensão da localização dos estados que compõem a região, apresenta-se a seguir a Figura 4, que ilustra a localização da APA do Delta do Parnaíba no contexto interestadual.

Figura 4 – Localização dos estados que compõem a APA do Delta do Parnaíba



Fonte: Elaboração própria realizada na plataforma R (2025).

Entre os principais ambientes naturais estão as florestas tropicais, manguezais, dunas e matas aluviais, que abrigam uma rica fauna e flora. Destacam-se mais de 140 espécies de aves — como o guará, garças brancas e pretas, tucanos, sabiás, gaviões e a rara águia-pescadora — além de jacarés, cobras, tatus, veados e espécies marinhas como ostra, caranguejo-uçá, camarão, siri e lagosta (Machado, 2009). O ecossistema de manguezal é especialmente relevante, abrigando diferentes tipos como o mangue branco, canoê (siriba), vermelho, jiquiri, de bolota e cipó de leite, que sustentam a biodiversidade e também fornecem base para práticas tradicionais de subsistência. A Figura 5 ilustra um exemplo típico dos manguezais presentes na região, enquanto a Figura 6 evidencia as dunas e lagoas que compõem a paisagem da APA do Delta do Parnaíba.

Figura 5 - Manguezal da APA do Delta do Parnaíba



Fonte: Delta do Parnaíba Blogspot(2014).

Figura 6 - Dunas e lagoas na APA do Delta do Parnaíba



Fonte: Delta do Parnaíba Blogspot (2014).

A economia é diversificada, sendo marcada por práticas tradicionais e, mais recentemente, por atividades de crescente valorização econômica. Entre os setores que se destacam estão a agricultura de subsistência, a produção artesanal de sal, a extração de carnaúba, o artesanato local e o turismo de base comunitária, este último intensificado nos últimos anos como importante fonte de geração de renda e conservação ambiental. A pesca artesanal, amplamente praticada nas áreas ribeirinhas e nos manguezais, permanece como uma atividade essencial para a subsistência de várias comunidades, especialmente pela coleta do caranguejo-uçá, cuja comercialização atende também centros urbanos como Fortaleza.

Essas práticas produtivas tradicionais são sustentadas por comunidades como marisqueiras, pescadores artesanais e extrativistas, cuja relação direta com os manguezais e os rios garante não apenas o sustento familiar, mas também a continuidade de saberes locais. As Figuras 7 e 8 ilustram esse modo de vida: a primeira mostra o processo de coleta do caranguejo, enquanto a segunda retrata a pesca com tarrafa — ambas representando atividades fundamentais para a cultura e economia locais.

Figura 7 - Catador de caranguejo em mangue na APA do Delta do Parnaíba



Fonte: ZUPPANI, Palê. Catador de caranguejo em mangue no Delta do Parnaíba. FotoNatural Fotografias, 2007; Delta do Parnaíba Blogspot, Manguezal no Delta do Parnaíba(2014).

Figura 8 - Pescador nativo da APA do Delta do Rio Parnaíba utilizando tarrafa



Fonte: Delta do Parnaíba Blogspot (2014).

O turismo tem crescido de forma significativa, impulsionado pelas paisagens naturais, pela biodiversidade e pela valorização de iniciativas sustentáveis. Entre as principais atrações da APA do Delta do Parnaíba destacam-se o encontro do rio Parnaíba com o mar, os circuitos de dunas e lagoas, o sobrevoo e observação de guarás, os manguezais, os igarapés navegáveis e as praias de águas calmas. Essas atrações compõem parte do roteiro da Rota das Emoções – itinerário turístico integrado que conecta o Delta do Parnaíba (PI), os Lençóis Maranhenses (MA) e Jericoacoara (CE), reconhecido pelo seu potencial de promover o turismo sustentável e de base comunitária (Rota das Emoções, 2025).

Em 2023, a APA do Delta do Parnaíba registrou 69.218 visitantes, representando um aumento de 35 35,5% em relação a 2022, quando foram contabilizados 51.066 turistas (ICMBio, 2025). Esse aumento expressivo confirma o potencial do turismo ecológico como estratégia de desenvolvimento local, especialmente quando associado à participação das comunidades na gestão das atividades turísticas.

4 ECONOMIA CRIATIVA NA APA DO DELTA DO PARNAÍBA: UMA ANÁLISE ENTRE 2013 E 2023

4.1 A APA do Delta do Parnaíba: caracterização socioeconômica

Em termos socioeconômicos, a APA do Delta do Parnaíba apresenta fortes contrastes entre seus municípios, especialmente no que se refere à distribuição populacional e ao grau de urbanização. Parnaíba (PI) se destaca como o principal centro urbano da região, com população de 153.863 habitantes em 2021 e densidade demográfica de 371,15 hab/km² — significativamente superior à média regional —, refletindo sua infraestrutura consolidada, maior acesso a serviços públicos e dinamismo econômico.

Em sentido oposto, municípios como Paulino Neves (MA), com 16.295 habitantes e densidade de 17,41 hab/km², e Araisos (MA), com 47.095 habitantes e 21,82 hab/km², apresentam ocupação rarefeita, o que impõe desafios à oferta de serviços básicos e à integração territorial (IBGE, 2021).

Outros municípios, como Cajueiro da Praia (PI), Luís Correia (PI) e Água Doce do Maranhão (MA), também mantêm baixas densidades, todas abaixo de 30 hab/km², mesmo sendo territórios com forte vocação turística e ambiental. A exceção relativa é Ilha Grande (PI), que, com densidade de 71,51 hab/km², indica um perfil mais adensado, ainda que limitado pela pequena extensão territorial (IBGE, 2021).

A Tabela 2, a seguir, apresenta a evolução populacional dos municípios da APA entre 2013 e 2021, destacando ainda os respectivos índices de densidade demográfica, essenciais para a compreensão dos desafios do desenvolvimento regional sustentável.

Tabela 2 - Evolução populacional entre 2013 e 2021 e densidade demográfica em 2022 dos municípios da Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba

Municípios	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Densidade (hab/km ²)
Água Doce do										
Maranhão(MA)	12028	12146	12257	12360	12457	12488	12571	12652	12731	27,45
Araioses(MA)	44317	44800	45255	45680	46074	46103	46440	46771	47095	21,82
Barroquinha(CE)	14771	14800	14828	14854	14880	14989	15017	15044	15069	37,78
Cajueiro da										
Praia(PI)	7375	7415	7451	7483	7510	7608	7642	7674	7704	29,34
Chaval(CE)	12865	12888	12910	12931	12952	13047	13069	13091	13112	52,53
Ilha Grande(PI)	9136	9176	9211	9242	9268	9394	9426	9457	9487	71,51
Luís Correia(PI)	29252	29415	29558	29683	29792	30177	30311	30438	30558	28,53
Parnaíba(PI)	148832	149348	149803	150201	150547	152653	153078	153482	153863	371,15
Paulino Neves										
(MA)	15234	15427	15609	15779	15937	15901	16035	16166	16295	17,41
Tutóia(MA)	55705	56501	57253	57955	58605	58311	58860	59398	59927	34,07

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2021).

Além disso, os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, 2022) revelam que Parnaíba apresenta um IDHM de 0,687, enquanto municípios como Araiões (0,521) e Cajueiro da Praia (0,546) registram índices consideravelmente mais baixos, evidenciando desigualdades no acesso a serviços essenciais. A Tabela 3, a seguir, apresenta os valores do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 2010 nos municípios que compõem a APA Delta do Parnaíba.

Tabela 3 - IDHM nos municípios da APA do Delta (2010)

Municípios	IDHM 2010
Água Doce do Maranhão (MA)	0,500
Araiões (MA)	0,521
Barroquinha (CE)	0,571
Cajueiro da Praia (PI)	0,546
Chaval (CE)	0,586
Ilha Grande (PI)	0,563
Luís Correia (PI)	0,541
Parnaíba (PI)	0,687
Paulino Neves (MA)	0,561
Tutóia (MA)	0,561

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Atlas Brasil PNUD (2022).

Em relação à atividade econômica, o Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes também apresenta grande variação entre os municípios. Segundo o IBGE (2023), o PIB de Parnaíba atingiu R\$ 2,97 bilhões em 2021, demonstrando crescimento expressivo em relação aos R\$ 1,43 bilhões registrados em 2013. Esse avanço reflete o fortalecimento dos setores de serviços, comércio e turismo.

No entanto, a evolução econômica não ocorre de maneira equitativa entre os demais municípios da região. Municípios como Araiões (MA) e Cajueiro da Praia (PI) continuam apresentando PIBs significativamente menores e infraestrutura mais limitada, evidenciando um desequilíbrio regional que demanda políticas públicas voltadas à inclusão produtiva e à melhoria das condições de vida. Essa disparidade pode ser observada de forma mais clara na Tabela abaixo, que apresenta os valores do PIB dos municípios que integram a APA do Delta entre os anos de 2013 e 2021.

Tabela 4 - PIB dos municípios da APA do Delta, 2013-2021

Município	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Água Doce do Maranhão (MA)	53098	59143	64838	73179	73174	85969	84659	89545	101672
Araioses (MA)	189003	216309	234546	257455	269138	269399	269517	275900	282823
Paulino Neves (MA)	63570	70424	73739	99092	106005	102909	104409	97062	118360
Tutoia (MA)	254590	298379	320974	389837	394417	408841	413286	473472	546267
Cajueiro da Praia (PI)	53663	61758	65895	74959	81551	81911	92358	92555	115376
Ilha Grande (PI)	50724	58690	60412	66916	68249	72841	76153	80050	119725
Luís Correia (PI)	186818	217377	234571	258264	286913	305976	332918	347609	378697
Parnaíba (PI)	1430208	1661185	1796195	1917307	2037877	2325059	2625553	2611434	2968947
Barroquinha (CE)	78006	92032	96717	96980	102556	102923	110078	123789	133335
Chaval (CE)	65653	73708	75915	81616	92311	84012	95474	101907	110318

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2023).

Portanto, a APA do Delta do Parnaíba é caracterizada por um grande potencial natural e econômico, mas também por desigualdades regionais que demandam intervenções estratégicas. A criação da APA e o fortalecimento do turismo sustentável são iniciativas relevantes, mas é fundamental que o desenvolvimento da região seja acompanhado por investimentos consistentes em infraestrutura, educação, saneamento, saúde e apoio às economias locais, de modo que os benefícios gerados pelos recursos naturais e pelas atividades produtivas alcancem a população de forma equitativa e duradoura.

A profundidade dessas desigualdades pode ser observada na Tabela 5, que apresenta os índices de Gini¹ dos municípios da APA.

Tabela 5 - Índice de Gini nos municípios da APA do Delta (2010)

Municípios	Índice de Gini
Água Doce do Maranhão (MA)	0,59
Araioses (MA)	0,59
Barroquinha (CE)	0,55
Cajueiro da Praia (PI)	0,63
Chaval (CE)	0,50
Ilha Grande (PI)	0,51
Luís Correia (PI)	0,59
Parnaíba (PI)	0,57
Paulino Neves (MA)	0,62
Tutóia (MA)	0,56

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Atlas Brasil PNUD (2022).

Dessa forma, a análise dos índices de Gini nos municípios da APA Delta do Parnaíba evidencia que o desenvolvimento econômico na região ainda convive com altos níveis de desigualdade socioespacial. Municípios como Cajueiro da Praia (0,63), Paulino Neves (0,62) e Araioses (0,59) registram concentrações de renda que revelam a fragilidade dos mecanismos de redistribuição e inclusão social no território. Esses dados reforçam a urgência de políticas públicas integradas que transcendam o crescimento econômico pontual e promovam transformações estruturais.

¹ O Índice de Gini é uma medida de desigualdade na distribuição de renda, variando de 0 a 1, em que 0 representa perfeita igualdade e 1 representa desigualdade máxima. Valores mais altos indicam maior concentração de renda.

4.2 Um olhar para a APA do Delta do Parnaíba: perfil dos trabalhadores da economia criativa de 2013 a 2023

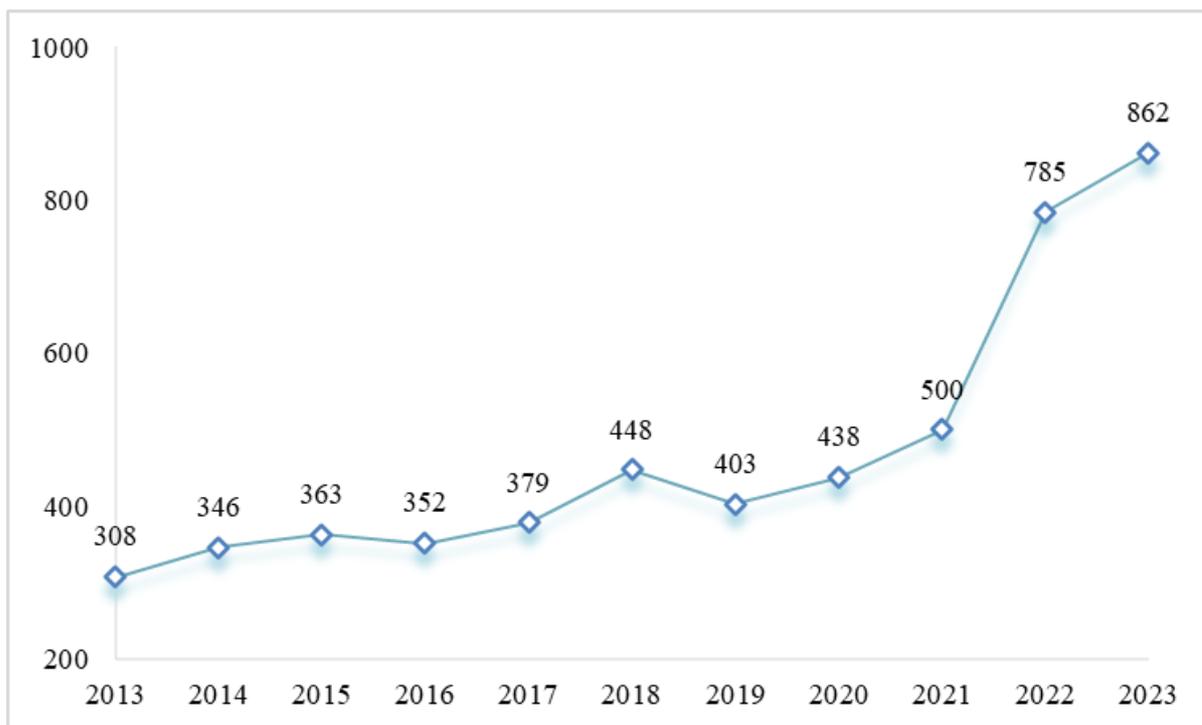
Entre 2013 e 2023, o mercado de trabalho criativo na APA do Delta do Parnaíba evoluiu significativamente, com aumento no número de vínculos formais, renovação geracional e gradual profissionalização dos setores. Essa dinâmica acompanha as tendências nacionais de crescimento do setor, conforme apontado no FIRJAN (2022), que destaca o papel estratégico da economia criativa na geração de empregos qualificados e no estímulo à inovação.

No entanto, persistem desigualdades estruturais relacionadas à distribuição territorial, escolaridade e inclusão de grupos sociais específicos. A trajetória dos trabalhadores criativos pode ser analisada a partir de três eixos principais: tempo (evolução histórica), território (distribuição entre os municípios da APA) e estrutura sociodemográfica (sexo, idade e escolaridade).

A série histórica revela três momentos distintos: um período de crescimento lento e estável entre 2013 e 2017; uma fase de estagnação entre 2018 e 2020, influenciada pela crise econômica e pela pandemia; e uma retomada significativa a partir de 2021, associada a estímulos institucionais e ao reaquecimento econômico. O número total de vínculos criativos formais passou de 308 em 2013 para 862 em 2023, com crescimento de mais de 70% entre 2021 e 2023.

Esse avanço pode ser atribuído à retomada das atividades presenciais, à reorganização institucional do setor cultural, à atuação de legislações de fomento como a Lei Aldir Blanc (2020) e a Lei Paulo Gustavo (2022), e à melhora de indicadores macroeconômicos como inflação e desemprego. Essa trajetória ascendente é apresentada no Gráfico 2, que ilustra a evolução anual dos vínculos ativos na economia criativa da APA Delta do Parnaíba durante o período analisado.

Gráfico 2 - Evolução do número de vínculos criativos formais na APA Delta do Parnaíba (2013–2023)

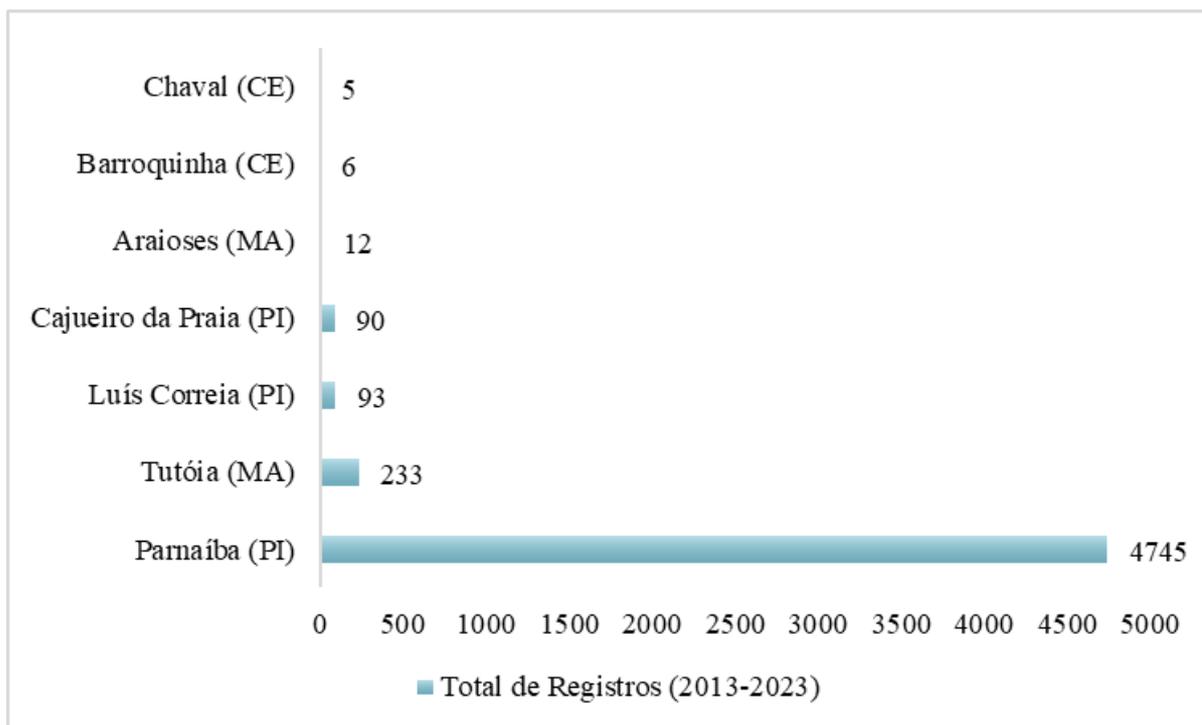


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS/MTE (2024).

A distribuição das atividades criativas entre os municípios da APA revela forte assimetria, no período de 2013 a 2023, foram registrados 5.184 vínculos formais na região. Conforme evidenciado no Gráfico 3, deste total, o município de Parnaíba (PI) concentrou 4.745 vínculos, representando cerca de 91,5% do total regional. Esse padrão evidencia sua centralidade como polo econômico e criativo regional, com infraestrutura mais robusta, maior oferta de serviços e capacidade institucional superior.

Por outro lado, municípios como Araiõeses (MA), Ilha Grande (PI), Paulino Neves (MA), Chaval (CE), Barroquinha (CE) e Água Doce do Maranhão (MA) registraram número nulo ou residual de vínculos criativos. Já Tutóia (MA), Luís Correia (PI) e Cajueiro da Praia (PI) apresentaram presença modesta, com atuação pontual e pouco estruturada.

Gráfico 3 - Distribuição das atividades criativas por município da APA Delta do Parnaíba (2013–2023)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS/MTE (2024).

A estrutura produtiva da economia criativa na APA Delta do Parnaíba reflete um arranjo concentrado em atividades técnico-produtivas e de mercado, com baixa presença de setores culturais tradicionais. A partir da CNAE 2.0, observa-se que a maior parte dos vínculos formais entre 2013 e 2023 está concentrada em segmentos como confecção de vestuário, arquitetura e engenharia, tecnologia da informação e publicidade. Tal conformação segue o padrão identificado por Howkins (2001), ao destacar que a economia criativa tende a se expandir inicialmente pelos setores mais associados à produção de bens criativos de mercado e serviços técnicos, deixando à margem expressões culturais de base comunitária.

O setor de confecção de artigos do vestuário e acessórios (CNAE 14.1), com 1.762 vínculos no período, destaca-se como o principal empregador criativo da região. Essa predominância se explica pela força do polo de moda local, especialmente em Parnaíba, onde há tradição de produção têxtil voltada tanto ao comércio regional quanto ao turismo. Além disso, essa atividade possui forte presença feminina, sendo uma porta de entrada importante para a profissionalização de mulheres em contextos urbanos periféricos. A FIRJAN (2022) também identifica o segmento de moda como um dos mais resilientes e com maior capacidade de absorção de mão de obra feminina, o que se confirma no contexto da APA.

Na sequência, os serviços especializados de arquitetura e engenharia (CNAE 71.1) somaram

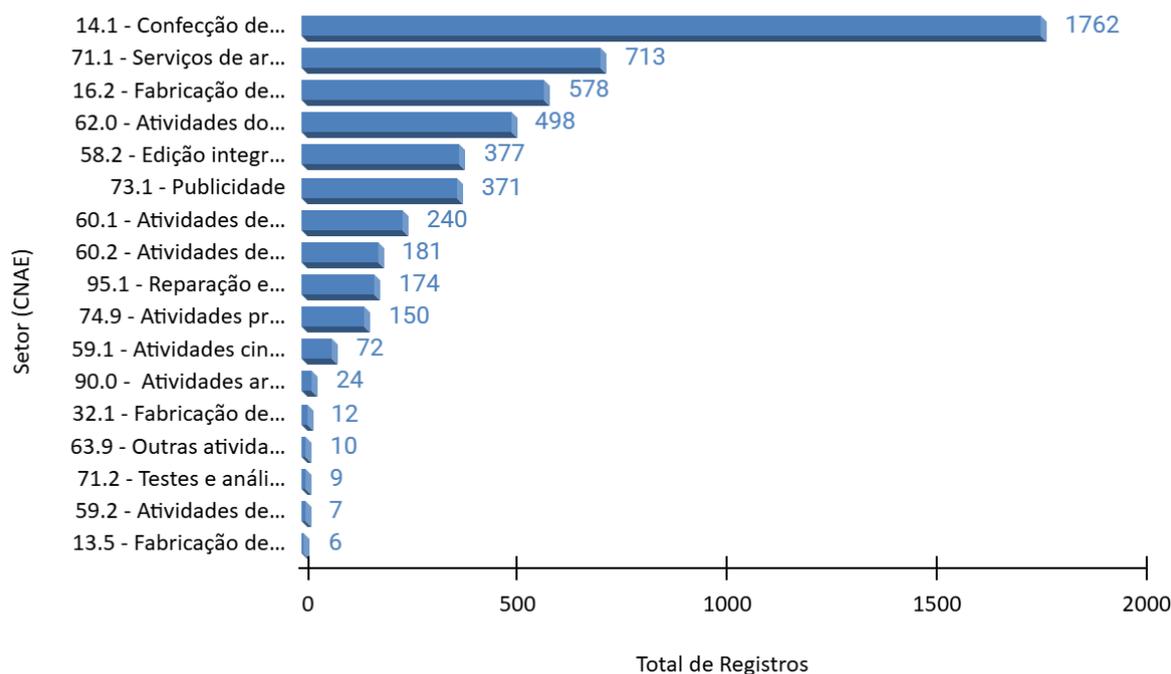
713 vínculos, reforçando a presença de atividades técnicas ligadas ao planejamento urbano e à construção civil, que têm demandado soluções criativas para projetos sustentáveis, mobiliários inteligentes e requalificação de espaços turísticos. O avanço desse setor pode estar relacionado à valorização de intervenções urbanísticas em áreas costeiras e à expansão de empreendimentos imobiliários.

A área de tecnologia da informação (CNAE 62.0) também ganha relevância no território, com 498 vínculos registrados, evidenciando uma tendência de crescimento acelerado no pós-pandemia. Essa expansão se conecta ao aumento da digitalização de serviços criativos, à demanda por soluções digitais na comunicação institucional e à formação de pequenos polos de inovação.

Apesar da concentração em Parnaíba, o setor apresenta potencial de expansão para municípios adjacentes, desde que acompanhado por infraestrutura tecnológica e capacitação especializada. Como destaca Florida (2002) em sua teoria da “classe criativa”, regiões que investem em tecnologia, talento e tolerância tendem a atrair profissionais criativos e dinamizar a economia local, especialmente no campo da inovação digital.

Com 371 vínculos, o segmento de publicidade e marketing (CNAE 73.1) confirma o papel da comunicação como vetor essencial da economia criativa. Esse setor conecta-se diretamente com o turismo, os eventos e o comércio, sendo responsável pela geração de campanhas, identidade visual e presença digital de marcas locais. Sua presença reforça a importância da criatividade aplicada à gestão de imagem e valorização de territórios. Essas tendências setoriais podem ser visualizadas de forma consolidada no Gráfico 4, que apresenta os setores com maior número de vínculos formais na economia criativa da APA Delta do Parnaíba entre 2013 e 2023.

Gráfico 4 - Setores com maior número de vínculos formais na economia criativa da APA Delta do Parnaíba (2013–2023)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS/MTE (2024).

Apesar desses avanços, observa-se uma baixa representatividade de setores tradicionalmente vinculados às expressões artísticas e culturais — como artes cênicas, música, audiovisual ou patrimônio imaterial — que não figuram entre os maiores empregadores criativos da região. Isso evidencia uma lacuna no reconhecimento e formalização dessas atividades, que permanecem, em grande medida, na informalidade ou com baixa cobertura estatística. Essa ausência representa um desafio para a inclusão produtiva de artistas, produtores culturais e coletivos populares, cuja atuação, embora significativa, nem sempre é incorporada aos registros formais de emprego.

Esses dados revelam um perfil produtivo mais voltado à cadeia da moda, serviços técnicos e soluções tecnológicas, com baixa participação de segmentos tradicionais da cultura, como artes cênicas, espetáculos ou patrimônio imaterial. A predominância de setores ligados ao mercado formal reforça a vocação urbana e comercial da economia criativa regional, mas também evidencia sua baixa diversidade setorial.

A composição por sexo dos vínculos criativos mostra uma relativa paridade de participação, mas com variações significativas entre os setores. A análise dos Gráficos 5 e 6 revela que, embora o panorama geral da economia criativa na APA Delta do Parnaíba indique um cenário relativamente equilibrado entre os gêneros, há desigualdades importantes quando

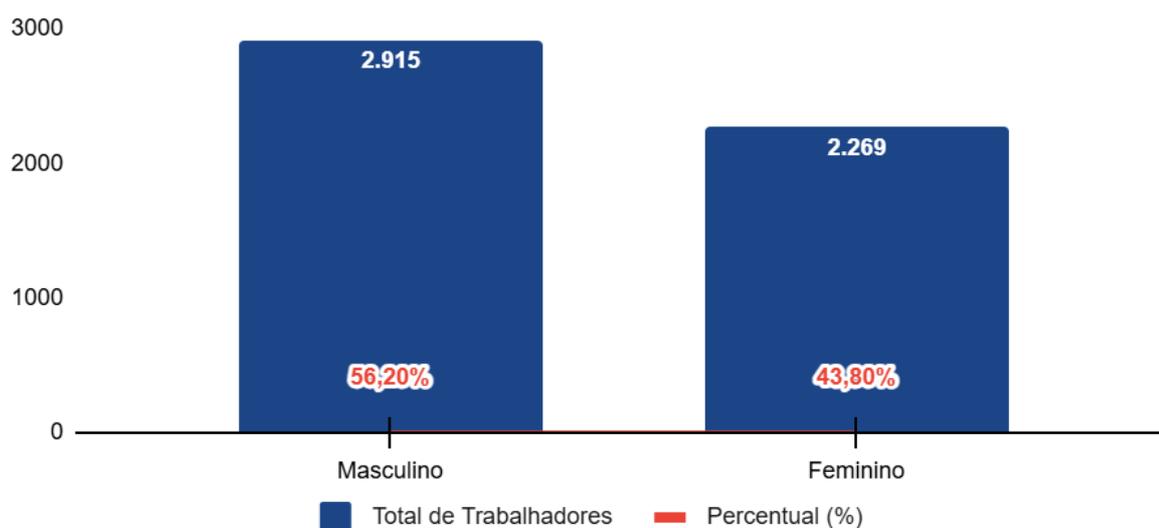
observadas as atividades específicas.

No total, os homens representam 56,2% dos trabalhadores do setor, com 2.915 vínculos, enquanto as mulheres correspondem a 43,8%, totalizando 2.269 vínculos. Essa diferença, embora não expressiva do ponto de vista agregado, oculta uma segmentação ocupacional relevante, na qual mulheres e homens se concentram em nichos distintos de atuação.

Observa-se que as mulheres são maioria em áreas como moda, design e ensino artístico, setores historicamente associados a competências culturalmente atribuídas ao trabalho feminino. A maior disparidade ocorre na atividade de confecção de vestuário (CNAE 14.1), com 1.404 vínculos femininos frente a 358 masculinos.

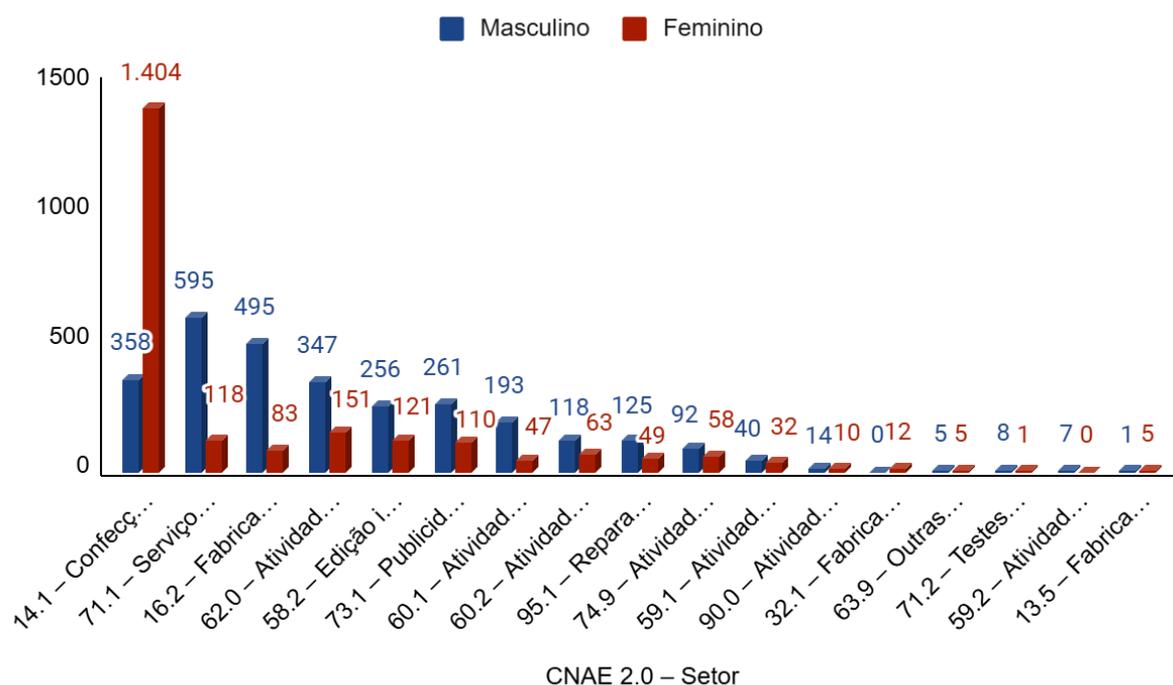
Por outro lado, os homens predominam em setores de maior prestígio técnico e econômico, como os serviços especializados de arquitetura e engenharia (CNAE 71.1), com 595 vínculos masculinos frente a apenas 118 femininos, e em áreas ligadas à tecnologia da informação (CNAE 62.0), além de atividades produtivas como marcenaria, reparação técnica e audiovisual. Em segmentos como fabricação de produtos de madeira (CNAE 16.2), observa-se uma presença masculina mais expressiva, com diferenças que ultrapassam o dobro da participação feminina.

Gráfico 5 - Distribuição dos trabalhadores da economia criativa por sexo (2013–2023)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS/MTE (2024).

Gráfico 6 - Distribuição dos trabalhadores da economia criativa por atividade e por sexo
(2013–2023)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS/MTE (2024).

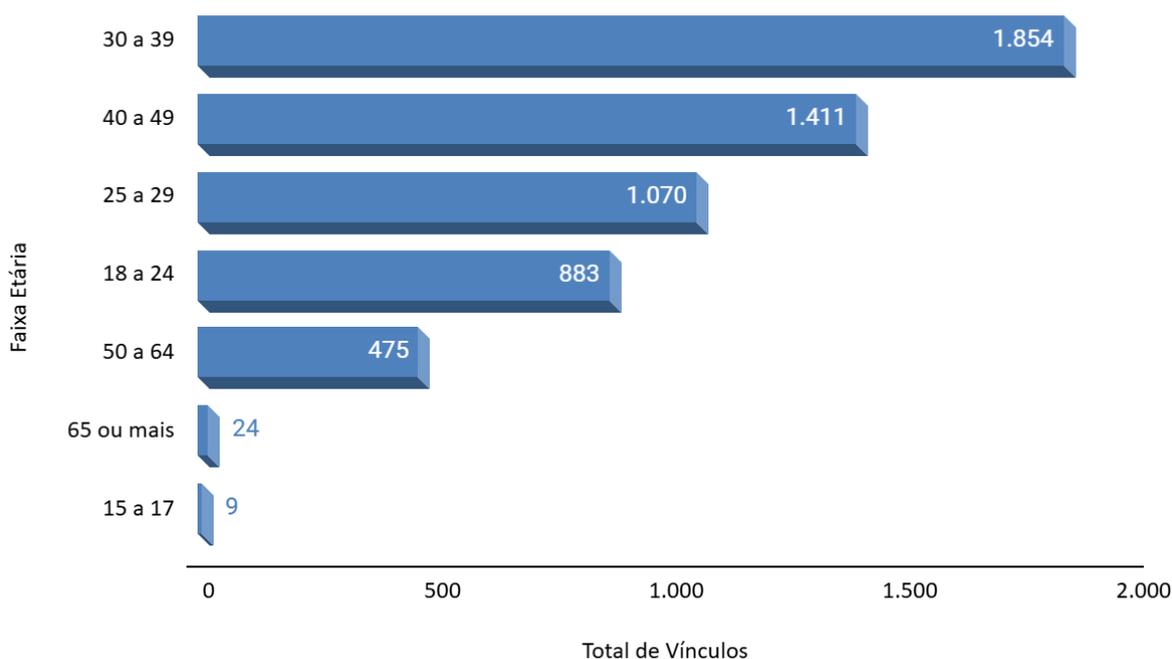
Essa distribuição desigual reflete padrões de inserção profissional que, mesmo em setores pautados pela criatividade e pela inovação, continuam reproduzindo estruturas sociais marcadas pela divisão sexual do trabalho. Embora as mulheres estejam presentes em quase todos os setores analisados, elas ainda se concentram em áreas com menor prestígio, remuneração reduzida e baixa representação em cargos de decisão. Essa configuração reforça os argumentos de Banks (2017), ao demonstrar como as indústrias culturais permanecem segmentadas por gênero, com as mulheres ocupando funções de suporte ou posições periféricas, mesmo em contextos que demandam alta qualificação e inovação.

Em termos de faixa etária, os dados revelam a centralidade dos jovens adultos na força de trabalho criativa da APA. O Gráfico 7 evidencia o predomínio das faixas etárias entre 25 e 39 anos, que concentram a maior parte dos vínculos formais da economia criativa na região, juntas essas faixas somam 3.126 vínculos, o que corresponde a aproximadamente 60,3% do total registrado na APA entre 2013 e 2023.

A faixa de 30 a 39 anos se destaca com 1.812 vínculos (cerca de 35%), consolidando-se como o núcleo mais estável e produtivo da força de trabalho criativa. Já a faixa de 25 a 29 anos

representa 1.314 vínculos (25,3%), apresentando crescimento constante, especialmente a partir de 2021, acompanhada também pela faixa de 18 a 24 anos, com 778 vínculos (15%), indicando maior inserção de jovens no setor. Esse movimento sugere uma renovação geracional impulsionada por políticas de capacitação, dinâmicas culturais emergentes e fortalecimento do setor turístico no pós-pandemia.

Gráfico 7 - Distribuição dos trabalhadores da economia criativa por faixa etária (2013–2023)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS/MTE (2024).

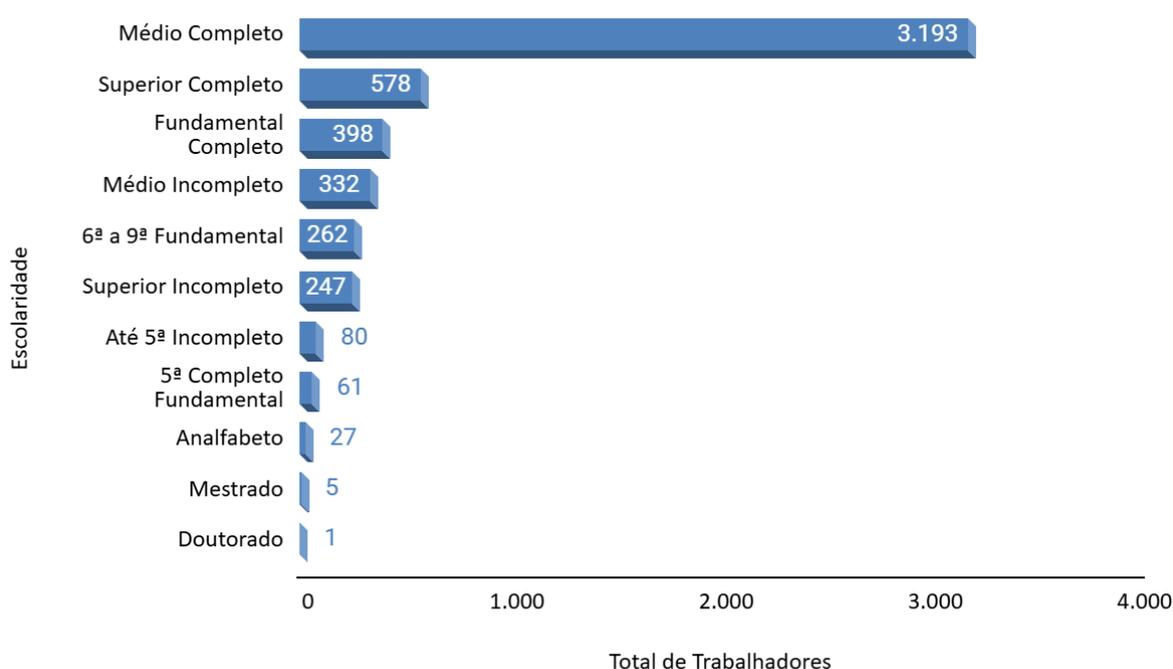
Em contrapartida, as faixas etárias mais elevadas (50 a 64 anos e 65 ou mais) mantêm presença reduzida. A baixa permanência de trabalhadores mais velhos pode estar relacionada à dificuldade de adaptação às novas tecnologias e às dinâmicas digitais do mercado criativo, bem como à informalidade e à ausência de políticas de requalificação específicas para esse público. Já a quase inexistência de vínculos entre 15 e 17 anos demonstra que o setor ainda não incorpora jovens aprendizes, o que evidencia uma lacuna de políticas educacionais voltadas à formação inicial no campo criativo.

A análise da escolaridade dos trabalhadores revela que o ensino médio completo é o nível predominante em todos os anos, como mostra o Gráfico 8, totalizando 3.193 vínculos formais. Esse dado reforça o ensino médio como patamar mínimo de inserção formal no mercado criativo regional. Há também presença relevante de trabalhadores com ensino fundamental completo (398 vínculos) e ensino superior incompleto (247 vínculos), especialmente nos primeiros anos da série. Outros níveis intermediários, como médio incompleto (332 vínculos)

e 6ª a 9ª fundamental (262 vínculos), também aparecem em proporções significativas, compondo um perfil heterogêneo de qualificação.

A partir de 2020, observa-se um crescimento consistente de vínculos com ensino superior completo (578 vínculos), notadamente nos setores de arquitetura, tecnologia e publicidade — segmentos que exigem maior qualificação técnica. Esse processo de escolarização crescente é positivo, pois sinaliza maior qualificação da mão de obra criativa local e acompanha a profissionalização gradual de setores mais estruturados.

Gráfico 8 - Distribuição dos trabalhadores criativos por escolaridade (2013–2023)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS/MTE (2024).

Contudo, o padrão ainda é desigual entre os municípios: fora de Parnaíba, que concentra a maior parte da oferta de formação e de empregos, o predomínio de trabalhadores com menor escolaridade demonstra a fragilidade das redes locais de formação técnica e acesso ao ensino superior. Além disso, ainda há presença de trabalhadores com baixa escolarização, como os analfabetos (27 vínculos), aqueles com até a 5ª série incompleta (80 vínculos) e 5ª completa (61 vínculos) — o que evidencia permanências da informalidade e da precarização em alguns segmentos criativos menos institucionalizados.

Outro ponto importante é a baixa representatividade de trabalhadores com pós-graduação, com apenas 5 vínculos de mestrado e 1 de doutorado registrados no período. Esse dado sugere que o setor ainda possui baixa capacidade de absorção de profissionais com alta qualificação, o que limita a atuação em áreas de inovação avançada, pesquisa e gestão cultural de maior

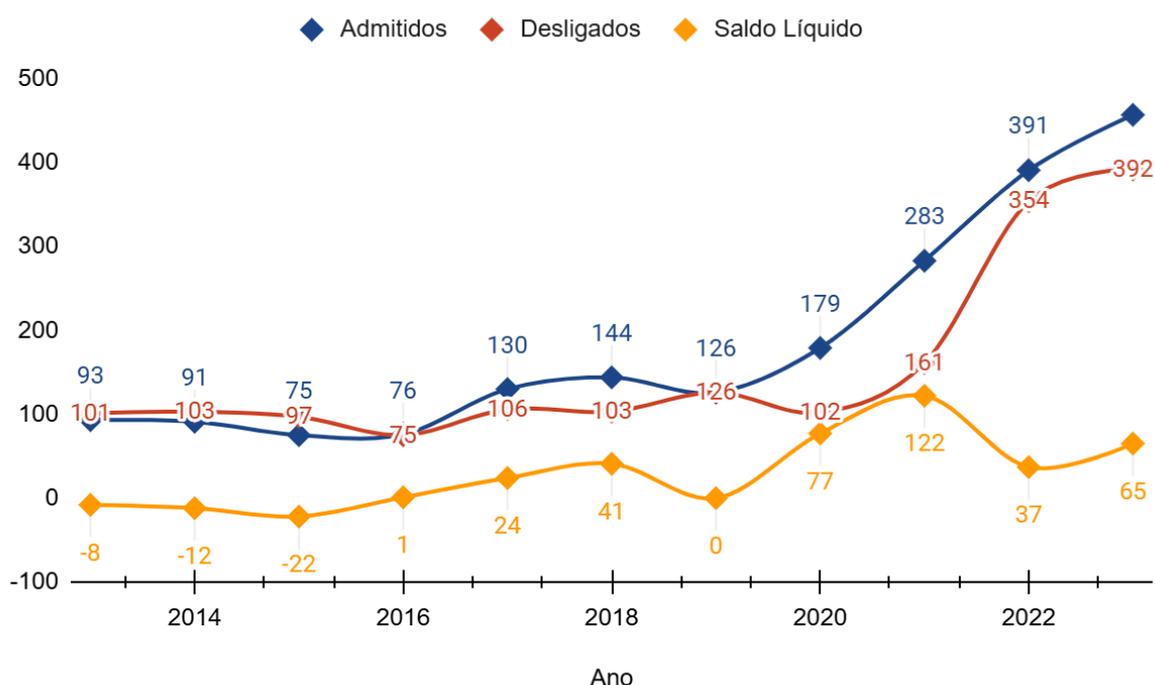
complexidade.

Segundo Oakley (2009), embora a economia criativa valorize cada vez mais a qualificação técnica e superior, as oportunidades de formação permanecem concentradas em centros urbanos maiores, o que contribui para a reprodução de exclusões espaciais e limitações à profissionalização nos territórios periféricos. Esse cenário se confirma na APA Delta do Parnaíba, onde a distribuição educacional desigual reforça os desafios para uma economia criativa mais inclusiva e qualificada em toda a região.

A movimentação dos trabalhadores da economia criativa na APA Delta do Parnaíba evidencia um ritmo contínuo e crescente de formalização no setor ao longo da última década. Segundo dados da RAIS, entre 2013 e 2023 foram registradas 2.045 admissões e 1.720 desligamentos, o que resultou em um saldo líquido acumulado de +325 vínculos formais no período.

Esse cenário está representado no Gráfico 9, que apresenta, de forma comparativa, a evolução anual das admissões, dos desligamentos e do saldo líquido de vínculos no setor criativo regional. Ainda que o número absoluto de vínculos permaneça modesto em relação ao total da economia local, os dados apontam para uma expansão significativa e sustentada da base ocupacional formal da economia criativa na região.

Gráfico 9 – Admitidos, desligados e saldo líquido de vínculos criativos da APA Delta do Parnaíba (2013–2023)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS/MTE (2024).

A série histórica mostra que, entre 2013 e 2015, o setor criativo enfrentou saldos negativos, influenciados pela crise econômica e pela ausência de políticas específicas. A partir de 2016, inicia-se um processo de recuperação, com a estabilização do saldo (+1), e ganha fôlego nos anos seguintes, especialmente em 2017 (+24), 2018 (+41) e 2020 (+77). O ano de 2021 se destaca com o melhor desempenho da década, registrando um saldo líquido de +122 vínculos, impulsionado por medidas emergenciais como as Leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo. Embora 2022 (+37) e 2023 (+65) tenham apresentado saldos inferiores ao pico de 2021, mantiveram o padrão de crescimento, demonstrando consistência na recuperação e expansão do setor.

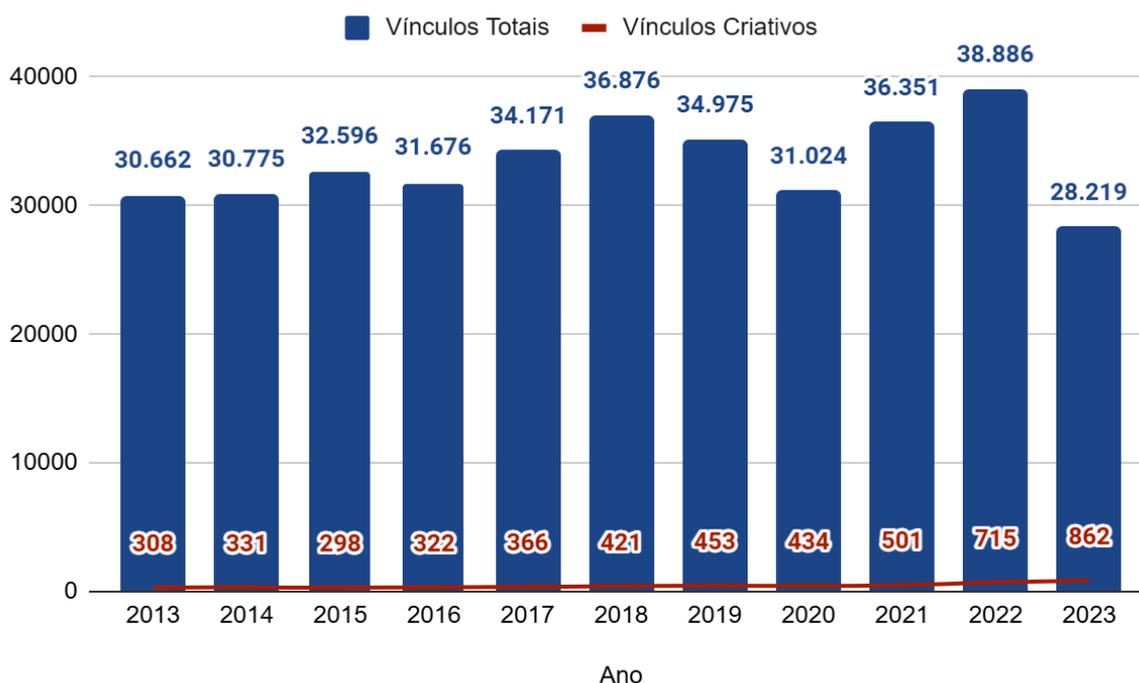
No recorte setorial já discutido anteriormente, permanecem como principais motores da formalização as atividades de confecção de vestuário, artesanato em madeira, serviços técnicos especializados e produção cultural formal. Por outro lado, setores considerados estratégicos para o futuro da economia criativa — como audiovisual, publicidade e tecnologia da informação — ainda apresentam crescimento moderado, limitados por gargalos estruturais já apontados na literatura especializada, como a informalidade crônica, a escassez de políticas continuadas e a baixa articulação institucional (Lemos, 2019; Canclini, 2015).

Esse panorama reafirma que, embora ainda marcada por desigualdades territoriais e concentração setorial, a economia criativa na APA Delta do Parnaíba vem consolidando progressivamente sua presença no mercado de trabalho formal. Esse avanço tem sido impulsionado por nichos produtivos locais, transformações digitais e por iniciativas públicas, ainda que pontuais, voltadas ao estímulo da produção simbólica e da inclusão produtiva em territórios periféricos.

Ao comparar a evolução do emprego formal total na APA Delta do Parnaíba com os vínculos especificamente ligados à economia criativa, percebe-se uma dinâmica de crescimento diferenciada. Entre 2013 e 2023, o total de vínculos formais na região variou de 30.662 para 28.219, registrando uma leve queda de aproximadamente 8%, reflexo de crises econômicas nacionais, como a recessão de 2015–2016, e dos efeitos mais duradouros da pandemia de Covid-19. Em contrapartida, os vínculos criativos cresceram de 308 para 862 no mesmo período, o que representa uma expansão de cerca de 179%, evidenciando uma trajetória ascendente mesmo em cenários adversos.

Essa tendência comparativa está representada no Gráfico 10, que ilustra a evolução anual do número total de vínculos formais nos municípios da APA Delta do Parnaíba, permitindo visualizar as variações ao longo da década e o contraste com o desempenho do setor criativo.

Gráfico 10 - Evolução do número total de vínculos formais por município na APA Delta do Parnaíba (2013–2023)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS/MTE (2024).

Esse desempenho revela que, embora ainda representem uma fração reduzida do total de vínculos — apenas 3,05% do mercado formal em 2023 —, os setores criativos demonstram uma trajetória de crescimento sustentado. Enquanto a economia tradicional enfrentou ciclos de retração e recuperação lenta, a economia criativa expandiu continuamente sua presença, especialmente nos anos mais recentes. Apenas entre 2021 e 2023, os vínculos criativos aumentaram 72%, enquanto o total geral caiu 22%. Esse comportamento indica que, mesmo diante de instabilidades macroeconômicas, os setores criativos conseguiram absorver trabalhadores de forma mais acelerada.

Tal fenômeno pode estar associado à digitalização, ao fortalecimento do empreendedorismo local e ao estímulo a políticas públicas direcionadas, como a Lei Aldir Blanc (2020) e a Lei Paulo Gustavo (2022), que injetaram recursos nos territórios para manutenção de atividades culturais e criativas.

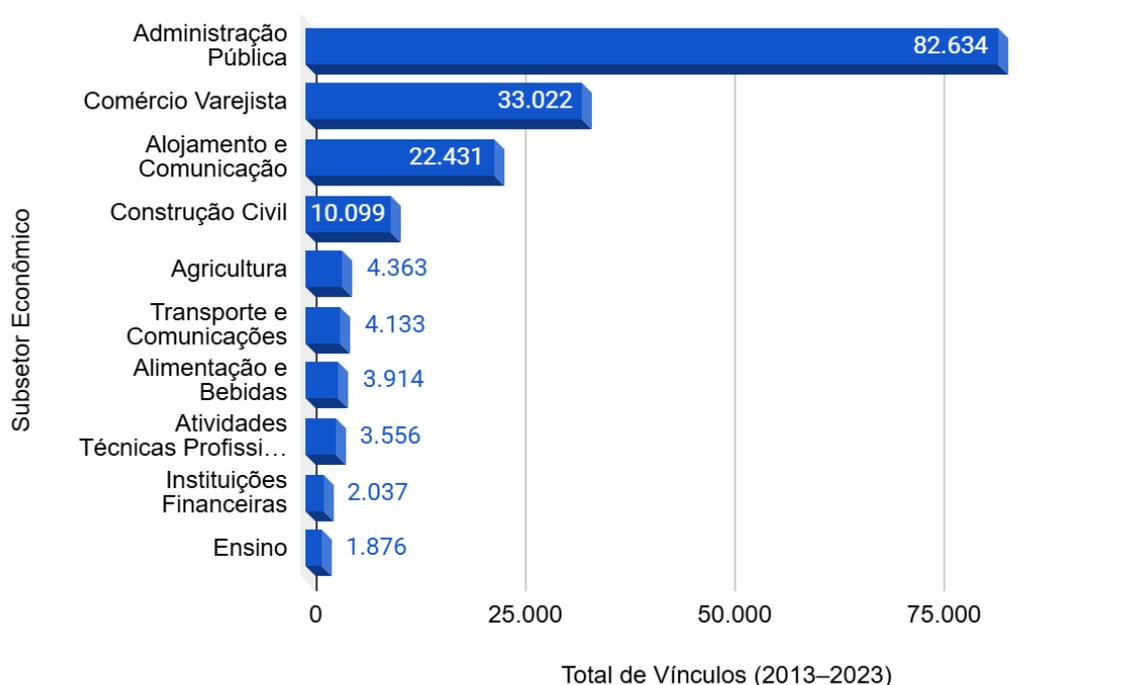
Além disso, a concentração dos vínculos criativos em municípios como Parnaíba — que deteve mais de 84% dos vínculos criativos da região em 2023 — revela a centralidade urbana como fator de atração e retenção de talentos criativos, o que pode acentuar desigualdades espaciais caso não haja estratégias de descentralização do fomento cultural. Municípios com menor densidade institucional, como Água Doce do Maranhão e Ilha Grande, apresentaram

valores residuais de vínculos criativos, evidenciando a necessidade de maior articulação territorial.

Em síntese, o desempenho comparado entre os vínculos formais totais e os criativos reafirma a hipótese central deste trabalho: a economia criativa tem mostrado resiliência superior e potencial estratégico para a diversificação produtiva e o desenvolvimento regional. Mesmo com baixa participação relativa, sua taxa de crescimento e sua capacidade de mobilizar conhecimento, cultura e identidade a tornam peça-chave em estratégias sustentáveis para o futuro da APA Delta do Parnaíba.

Neste contexto, torna-se igualmente importante compreender quais são os setores que sustentam a base do emprego formal na região. A análise dos dez principais setores econômicos em volume de vínculos acumulados entre 2013 e 2023 revela a estrutura produtiva predominante e os segmentos com maior capacidade de absorção de mão de obra, conforme demonstra o Gráfico 11.

Gráfico 11 - Distribuição dos 10 principais setores por vínculos formais acumulados na APA Delta do Parnaíba (2013–2023)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS/MTE (2024).

A Administração Pública, por exemplo, lidera com ampla margem, concentrando 82.634 vínculos formais no período, o que confirma sua centralidade na economia da APA, esse setor aparece de forma recorrente como o principal empregador, refletindo a dependência das estruturas estatais para a manutenção da atividade econômica e da renda. Em seguida, destaca-

se o Comércio Varejista com 33.022 vínculos, que mesmo em cenários adversos, como os anos de recessão e pandemia, o varejo manteve-se relativamente estável, o que evidencia sua resiliência e papel estratégico na geração de renda local.

Outro segmento que ganhou relevância ao longo da década foi o de Alojamento e Comunicação, que totalizou 22.431 vínculos, refletindo o peso do turismo e dos serviços na dinâmica regional, esse setor registrou aumento contínuo, refletindo o fortalecimento de cadeias produtivas ligadas à hospitalidade, cultura e economia digital.

A Construção Civil, com um total de 10.099 vínculos formais no período, destacou-se por sua volatilidade, com picos associados a investimentos públicos e obras de infraestrutura. Outros setores tradicionais, como a Agricultura (4.363 vínculos) e Transporte e Comunicações (4.133), também figuram entre os mais relevantes, revelando a persistência de uma base econômica convencional. Entretanto, subsetores mais especializados — como Serviços Técnicos e Profissionais (arquitetura, engenharia e consultorias), que somaram 3.556 vínculos — demonstraram uma tendência de crescimento contínuo, impulsionados pela expansão urbana e pelo aumento da demanda por serviços qualificados.

Já atividades ligadas à economia do conhecimento, como Tecnologia da Informação, Publicidade e Design, ainda pouco representativas em termos absolutos, começaram a se inserir no tecido produtivo regional a partir de 2018. Esses segmentos, embora incipientes, despontam como vetores promissores de transformação produtiva, articulando inovação, identidade territorial e sustentabilidade, elementos valorizados nas abordagens contemporâneas sobre desenvolvimento baseado em ativos intangíveis (Florida, 2002; Howkins, 2001)

Assim, a análise setorial revela que a base econômica da APA Delta do Parnaíba ainda está ancorada em estruturas convencionais, com forte presença estatal e comércio tradicional, mas vem incorporando, ainda que de forma desigual, setores mais dinâmicos e associados à criatividade, à tecnologia e à prestação de serviços culturais. Essa transição reforça o argumento de que o desenvolvimento regional sustentável dependerá de estratégias integradas, capazes de fomentar a diversificação produtiva e valorizar o potencial criativo local.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo principal investigar a evolução dos trabalhadores inseridos na economia criativa na região da APA Delta do Parnaíba entre 2013 e 2023, buscando compreender sua contribuição para o desenvolvimento regional frente às transformações macroeconômicas ocorridas no país nesse período.

A análise evidencia a força transformadora desse setor para a promoção de um desenvolvimento regional mais sustentável, inclusivo e culturalmente enraizado. Mesmo diante de contextos adversos, como recessões econômicas e crises sanitárias, o setor demonstrou capacidade de adaptação, revelando-se como alternativa estratégica à estrutura produtiva tradicional, ainda marcada por elevada dependência da administração pública e por fragilidades estruturais.

A economia criativa, que tem se consolidado nas últimas décadas como um vetor estratégico de desenvolvimento sustentável, articula inovação, identidade cultural e geração de renda em contextos territoriais marcados por desigualdades históricas e fragilidade institucional. Na APA do Delta do Parnaíba, esse potencial ganha destaque diante da riqueza sociocultural e ambiental da região, que demanda soluções integradas, inclusivas e sustentáveis. Os resultados evidenciam que, mesmo diante de instabilidades macroeconômicas e assimetrias estruturais, os setores criativos mantiveram trajetória de crescimento contínuo e resiliente entre 2013 e 2023.

Além da geração de empregos formais, a economia criativa contribui para a valorização da cultura local, o fortalecimento do turismo sustentável e a diversificação das cadeias produtivas. Municípios como Parnaíba, Luís Correia e Cajueiro da Praia configuram ecossistemas inovadores e interdependentes, nos quais serviços criativos se articulam com alojamento, gastronomia e tecnologia, potencializando o desenvolvimento endógeno a partir dos ativos territoriais.

Contudo, a concentração desses vínculos em Parnaíba, que responde por mais de 84% dos empregos criativos em 2023, ressalta o desafio do aprofundamento das disparidades territoriais na APA, sobretudo para municípios menores como Água Doce do Maranhão e Ilha Grande, onde a participação do setor criativo ainda é restrita.

A predominância da Administração Pública como maior empregadora na maioria dos municípios revela a fragilidade da base produtiva local e a dependência do setor estatal. Os elevados índices de desigualdade, expressos em indicadores como o coeficiente de Gini, e os desequilíbrios no PIB per capita reforçam a urgência de políticas descentralizadas que

promovam inclusão produtiva, incentivem o empreendedorismo cultural e ampliem a capilaridade das ações públicas para além dos grandes centros urbanos.

No plano institucional, o estudo destaca o impacto das políticas econômicas e culturais dos diferentes governos ao longo da última década, em especial a descontinuidade institucional, a restrição de investimentos, a extinção e posterior recriação do Ministério da Cultura, e as limitações nos repasses federais, que afetaram diretamente o fomento à economia criativa. Leis emergenciais como a Aldir Blanc e a Paulo Gustavo foram fundamentais para garantir a manutenção de milhares de atividades culturais durante períodos críticos, como a pandemia, apontando para a necessidade de institucionalizar mecanismos permanentes de apoio e fomento à cultura, superando a lógica reativa e pontual.

No caso da APA do Delta do Parnaíba, iniciativas que estimulem o empreendedorismo criativo e fortaleçam as cadeias produtivas culturais podem ser fundamentais para diversificar a economia e preservar a identidade local. Portanto, entender essa relação com o desenvolvimento regional é crucial para traçar políticas públicas e estratégias que maximizem os benefícios e consolide a relevância da economia criativa nos dias de hoje.

Conclui-se, assim, que a economia criativa possui papel estratégico na construção de um modelo de desenvolvimento regional sustentável, especialmente em territórios com grande riqueza cultural e ambiental, como a APA Delta do Parnaíba. Para que esse potencial seja plenamente realizado, é imprescindível o fortalecimento das políticas públicas, o incentivo à qualificação profissional e à digitalização, bem como a ampliação do acesso a mecanismos de financiamento e infraestrutura cultural. A promoção de estratégias integradas, que articulem cultura, educação, economia solidária, meio ambiente e tecnologias da informação, é o caminho para consolidar ecossistemas criativos mais justos, plurais e resilientes.

Dessa forma, este trabalho contribui não apenas para o mapeamento quantitativo da dinâmica criativa regional, mas também para a construção de uma perspectiva crítica sobre seus desafios e potencialidades. Em um cenário global marcado por transições e incertezas crescentes, a criatividade se revela não como um luxo, mas como uma necessidade vital: um recurso estratégico para reinventar o desenvolvimento em chave inclusiva, sustentável e enraizada nos territórios. Nesse horizonte, a APA Delta do Parnaíba tem condições de se tornar referência nacional na articulação entre cultura, economia e sustentabilidade.

Contudo, a pesquisa também revela limitações importantes. O recorte metodológico concentrou-se apenas nos vínculos formais captados pela RAIS e pelo CAGED, pois não foi o foco do trabalho abarcar o amplo contingente de trabalhadores criativos em situação de informalidade, especialmente relevante em territórios periféricos como os municípios da APA.

Assim, a ausência de dados sistematizados sobre essas atividades trouxe uma compreensão da economia criativa local e de seu impacto socioeconômico sob a ótica do trabalho formal.

Nesse sentido, sugerem-se como desdobramentos futuros: o aprofundamento da investigação sobre as dinâmicas informais do setor criativo, estudos qualitativos com foco nas cadeias produtivas locais e análise do papel das políticas públicas de fomento à cultura e à inovação nos municípios da região. A consolidação da economia criativa na APA depende de ações integradas que articulem investimento público, capacitação, inclusão produtiva e descentralização de recursos, fortalecendo os ecossistemas criativos locais e a diversidade cultural como eixo estratégico de desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

ABISUGA OYEKUNLE, Oluwayemisi Adebola; SIRAYI, Mziwoxolo. **The role of creative industries as a driver for a sustainable economy: A case of South Africa**. Creative Industries Journal, v. 11, n. 3, p. 225-244, 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Séries temporais**. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 14 jan. 2025.

BAHIA. Governo do Estado. **Escritório Bahia Criativa: Balanço de ações 2014 – 2016**. Salvador, 2017.

Banks, M. (2017). **Creative Justice: Cultural Industries, Work and Inequality**. Rowman & Littlefield.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm . Acesso em: 5 jun. 2025.

BRASIL. Portal da Transparência. **Auxílio Emergencial 2020**. Controladoria-Geral da União, 2021.

BRASIL. Presidência da República. Decreto de 28 de agosto de 1996. **Cria a Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba, nos Estados do Maranhão, Piauí e Ceará**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 ago. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/anterior%20a%202000/1996/dnn4368.htm. Acesso em: 14 mar. 2025.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. **Plano de Manejo da APA Delta do Parnaíba**. Brasília: ICMBio, 2012. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/marinho/lista-de-ucs/apa-delta-do-parnaiba/arquivos/plano_de_manejo_da_apa_delta_do_parnaiba.pdf. Acesso em: 14 mar. 2025.

BRASIL. **Secretaria Especial da Cultura**. Estrutura organizacional. Ministério do Turismo, 2021.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 11.336, de 1º de janeiro de 2023. Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério da Cultura, incluindo remanejamento de funções e criação de estrutura da Secretaria de Economia Criativa. Diário Oficial da União, Seção 1 – Edição Especial, p. 89, 1 jan. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11336.html. Acesso em: 13 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020. **Institui o Programa Emergencial de Apoio ao Setor Cultural (Lei Aldir Blanc)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 jun. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14017.html . Acesso em: 14 jan. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Medidas de desenvolvimento humano e políticas públicas no Piauí: 2000–2024**. Brasília: MDS, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/publicacoes/cartilhas/medidas-de-desenvolvimento-humano-e-politicas-publicas-no-piaui/relatorio_idh_piaui_v5.pdf. Acesso em: 14 jan. 2025.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. **Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 dez. 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm. Acesso em: 14 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. **Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, e 8.036, de 11 de maio de 1990, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 jul. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm. Acesso em: 14 jan. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019. **Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, extinguindo o MinC**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ed. extra, p. 1, 1 jan. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/mpv/mpv870.html. Acesso em: 13 jan. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 11.336, de 1º de janeiro de 2023. **Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Cultura, e remaneja cargos em comissão e funções de confiança**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ed. extra, p. 89, 1 jan. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Decreto/D11336.htm. Acesso em: 13 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Lei Paulo Gustavo permite pluralidade e diversificação da produção local**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/lei-paulo-gustavo-permite-pluralidade-e-diversificacao-da-producao-local>. Acesso em: 3 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Conheça o Plano Nacional de Cultura. 2023**. Disponível em: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/plano-nacional-de-cultura/novoplanonacionaldecultura/conheca-o-plano-nacional-de-cultura?_authenticator=d5c7afc12d37733080bbf8d6923b3b85e481cf3e. Acesso em: 13 jan. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Tabela 6579: Estimativas da população residente por município – 1º de julho de 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/6579>. Acesso em: 14 fev. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Tabela 4714: População Residente, Área Territorial e Densidade Demográfica**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/4714>. Acesso em: 14 fev. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Tabela 6784: Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto per capita, População residente e Deflator**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/6784>. Acesso em: 14 mar. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Tabela 4562: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) – Taxa de desemprego trimestral, por Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/4562>. Acesso em: 14 jan. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022. **Institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 8 jul. 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14399.htm. Acesso em: 13 jan. 2025.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. **IPEADATA: Base de dados socioeconômicos**. Disponível em: <https://ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 14 jan. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 14.835, de 8 de março de 2024. **Institui o Sistema Nacional de Cultura (SNC)**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 11 mar. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/Lei/L14835.htm. Acesso em: 13 jan. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022. **Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas em decorrência dos efeitos econômicos e sociais da pandemia da covid-19**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 8 jul. 2022. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LCP&numero=195&ano=2022&ato=0b9QzYE5kMZpWTdb3>. Acesso em: 13 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Programa Retomada Cultural RS**. Criado por meio da Portaria MinC nº 142, de 10 de maio de 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/retomadaculturalrs/conheca-o-programa-retomada-cultural-rs>. Acesso em: 13 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Ministério da Cultura lança Brasil Criativo: diretrizes da política pública para fortalecer a economia criativa**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/ministerio-da-cultura-lanca-brasil-criativo-diretrizes-da-politica-publica-para-fortalecer-a-economia-criativa>. Acesso em: 13 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria da Economia Criativa. **Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações 2011-2014**. Brasília: MinC, 2011. Disponível em: <https://cultura.rs.gov.br/upload/arquivos/carga20211009/28100934-plano-da-secretaria-da-economia-criativa.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Painel de Informações do CAGED e RAIS**. Disponível em: https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_vinculo_id_2021/login.php. Acesso em: 04 jan. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Classificação Nacional de**

Atividades Econômicas – CNAE 2.0. Disponível em:

<https://concla.ibge.gov.br/classificacoes/204-concla/classificacao/por-tema/1365-cnae-2-0.html>. Acesso em: 14 fev. 2025.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização.** 5. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação.** Bookman, 2005.

CREMONESE, Dejalma. A crise política no Brasil e o impeachment de Dilma Rousseff em 2016. Campos Neutrais-**Revista Latino-Americana de Relações Internacionais**, v. 1, n. 3, p. 70-87, 2019.

DALLA COSTA, Armando; SOUZA-SANTOS, ER de. Economia criativa: novas oportunidades baseadas no capital intelectual. **Revista Economia & Tecnologia**, v. 7, n. 2, p. 1-8, 2011.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **O desenvolvimento regional: a necessidade de novos paradigmas.** Editora UNIJUI, 2000.

DELTA DO PARNAÍBA BLOGSPOT. **Manguezal no Delta do Parnaíba, 2014.** Disponível em: <https://deltadoparnaiba.blogspot.com/2014/04/manguezal-no-delta-do-parnaiba.html>. Acesso em: 14 fev. 2025.

DE MARCHI, Leonardo. **Construindo um conceito neodesenvolvimentista de economia criativa no Brasil: política cultural na era do novo MinC.** Novos Olhares, v. 2, n. 2, p. 37–48, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/69826>. Acesso em: 3 jun. 2025.

DE ARAÚJO, Victor Leonardo. A economia brasileira sob o governo Bolsonaro (2019-2022): neoliberalismo radical e pragmatismo econômico. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, p. 77-112, 2025.

DOSI, Giovanni. **Sources, procedures, and microeconomic effects of innovation.** Journal of economic literature, p. 1120-1171, 1988.

BAHIA. Governo do Estado. **Escritório Bahia Criativa: Balanço de ações 2014 – 2016.** Salvador, 2017.

FIRJAN. **Mapeamento da indústria criativa no Brasil.** Rio de Janeiro: FIRJAN, 2016.

FIRJAN. **Mapeamento da indústria criativa no Brasil.** Rio de Janeiro: FIRJAN, 2019.

FIRJAN. **Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil.** Rio de Janeiro: FIRJAN, 2022.

FLORIDA, Richard. **The rise of the creative class: and how it's transforming work, leisure, community and everyday life.** New York: Basic Books, 2002.

FLORIDA, Richard; MELLANDER, Charlotta; STOLARICK, Kevin. **Inside the black box of regional development—human capital, the creative class and tolerance.** Journal of economic geography, v. 8, n. 5, p. 615-649, 2008.

FLEW, Terry. **The Creative Industries: culture and policy**. London: SAGE Publications, 2012.

FURTADO, Celso. **Dependência e criatividade na civilização industrial**. São Paulo: Cia. das Letras, 1978.

FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREY, Carl Benedikt. **The Technology Trap: Capital, Labor, and Power in the Age of Automation**. Princeton: Princeton University Press, 2019.

GENTIL, Denise; HERMANN, Jennifer. **A política fiscal do primeiro governo Dilma Rousseff: ortodoxia e retrocesso**. Economia e sociedade, v. 26, n. 3, p. 793-816, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editorano Atlas SA, 2008.

GUZZI, Anderson (Org.). **Biodiversidade do Delta do Parnaíba: litoral piauiense**. Parnaíba: EDUFPI, 2012. p. 216.

HOWKINS, John. **The Creative Economy: how people make money from ideas**. London: Penguin, 2001.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba** (RESEX Marinha Delta do Parnaíba). São Paulo, 2010. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/arp/2680>. Acesso em: 14 mar. 2025.

IPEA. **A economia criativa sobre medida: conceitos e dinamismo das classes criativas**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: td_2493.pdf. Acesso em 22 fev 2025.

IPEA. **Nota Técnica nº 84: Riscos fiscais da PEC dos Benefícios**. Brasília: IPEA, 2022.

IPEA. **Nota Técnica: Avaliação dos impactos da pandemia de COVID-19 sobre trabalhadores da cultura no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/11432-mais-de-900-mil-trabalhadores-do-setor-cultural-foram-afetados-pela-pandemia-em-2020>. Acesso em: 14 jan. 2025.

IPEA. **Avaliação das políticas culturais e da economia criativa no Brasil: desafios e perspectivas**. Texto para Discussão, nº 1880, Brasília, 2023.

IPEA. **Mapeamento das ocupações técnicas da cultura: o mapa da graxa**. Brasília: IPEA, 2023.

ITAÚ CULTURAL. **Painel de Dados da Economia Criativa: Metodologia**. São Paulo: Itaú Cultural, 2023. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/observatorio/paineldedados/metodologia>. Acesso em: 02 jun. 2025.

ITAÚ CULTURAL. **Economia Criativa | 4º trimestre de 2023: análise sobre o mercado de trabalho da economia criativa, formalização e questões de gênero e raça/cor**. São Paulo:

Observatório Itaú Cultural, 2024. Disponível em:

<https://www.itaucultural.org.br/observatorio/paineldedados/publicacoes/boletins/economia-criativa-4o-trimestre-de-2023-analise-sobre-o-mercado-de-trabalho-da-economia-criativa-formalizacao-e-questoes-de-genero-e-racacor>. Acesso em: 3 mai. 2025.

KOGA, Andreza Cristina Both Casagrande; VIEIRA, Edson Trajano; DE SÁ RODRIGUES, Marilsa. **A GERAÇÃO YEO DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CRIATIVA**. *Latin American Journal of Business Management*, v. 6, n. 3, 2015.

LEMONS, Ronaldo. **Tecnobrega: o Pará reinventando o negócio da música**. São Paulo: Aeroplano, 2019.

MACHADO, Sebastiana Monteiro. **Araíóses: Já não mais Sou Enjeitado**. Araíóses: [s.ed.], 2009.

MANIOUDIS, Manolis; ANGELAKIS, Antonios. **Creative economy and sustainable regional growth: Lessons from the implementation of entrepreneurial discovery process at the regional level**. *Sustainability*, v. 15, n. 9, p. 7681, 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados. In: **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados**. 2012. p. 277-277.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC**. Plataforma de mapas. Disponível em: <https://cnuc.mma.gov.br/map>. Acesso em: 05 dez. 2024.

OAKLEY, Kate. **The Disappearing Arts: Creativity and Innovation after the Creative Industries**. *International Journal of Cultural Policy*, v. 15, n. 4, p. 403-413, 2009. DOI: 10.1080/10286630902782130.

OREIRO, José Luis. **A grande recessão brasileira: diagnóstico e uma agenda de política econômica**. *Estudos Avançados*, v. 31, p. 75-88, 2017.

OREIRO, José Luis; PAULA, Luiz Fernando de; BASILIO, Flávio. **Macroeconomia do Desenvolvimento: uma perspectiva keynesiana**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

PINHEIRO, Vanessa Pereira; IPIRANGA, Ana Sílvia Rocha; LOPES, Luma Louise Sousa. A economia criativa enquanto prática de espaço no contexto das cidades criativas do sul global: o caso do Poço da Draga. **Revista de Administração Pública**, v. 57, n. 6, p. e2023-0416, 2023.

PNUD BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/map>. Acesso em: 14 mar. 2025.

POTTS, Jason. **Creative industries and economic evolution**. Edward Elgar Publishing, 2011.

PRATT, Andy C. **The cultural contradictions of the creative city**. *City, culture and society*, v. 2, n. 3, p. 123-130, 2011.

R CORE TEAM. **R: A language and environment for statistical computing**. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria, 2023. Disponível em: <https://www.R-project.org/>. Acesso em: 05 jan. 2025.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Cidades criativas**. SESI SENAI Editora, 2012.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura**. Barueri, SP: Manole, 2007.

RELATÓRIO POWER BI. **Dados sobre economia criativa e trabalhadores na APA Delta do Parnaíba**. Plataforma Power BI. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNWl5NWl0ODEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDE1YWI2IiwidCI6IjNIYzkyOTY5LTZhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9&pageName=ReportSectionb52b07ec3b5f3ac6c749>. Acesso em: 14 fev. 2025.

RIBEIRO, S. B.; ANTIGO, M. F.; BORGES, C. G. M. **Economia criativa no Brasil: uma análise dos trabalhadores entre 2012 e 2021**. Anais do Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos (ENABER), 2022.

ROTA DAS EMOÇÕES. Disponível em: <https://rotadasemocoos.com.br/>. Acesso em: 05 jun. 2025.

SANTOS, Higor dos; SANTANA, Higor dos Santos. **Transformação Digital e Economia Criativa: Um estudo sobre impactos nos empreendimentos criativos durante a pandemia do COVID-19**. International Journal of Knowledge Engineering and Management, v. 10, n. 27, 2022.

SECULT-BA. **SeCult-Ba coordenará trabalho de criação do Plano da Bahia Criativa**, 2013. Disponível em: SecultBA coordenará trabalho de criação do Plano Bahia Criativa | SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DA BAHIA - SECULTBA Acesso em: 2 fev. 2025.

SEBRAE. **Empreendedorismo feminino no Brasil em 2022**. Brasília: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, 2022.

THROSBY, David. **The economics of cultural policy**. Cambridge university press, 2010.

UNCTAD. **Creative economy report 2010: A feasible development option**. Geneva: United Nations, 2010.

UNCTAD. **Creative economy report 2008: the challenge of assessing the creative economy towards informed policy-making**. Geneva: UNCTAD, 2008.

UNESCO. **Creative economy report 2008: the challenge of assessing the creative economy towards informed policy-making**. United Nations/UNCTAD/UNDP. Disponível em: Creative Economy Report 2008: The challenge of assessing the creative economy towards informed policy-making | UN Trade and Development (UNCTAD). Acesso em: 2 jun. 2025.

UNESCO. **Economia criativa para o desenvolvimento sustentável no Brasil**. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/node/108127>. Acesso em: 3 mai. 2025.

UNESCO. **RePensar as Políticas para a Criatividade: o Relatório Global de 2022 sobre a Cultura e as Indústrias Criativas**. Paris: UNESCO, 2022. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000380618>. Acesso em: 15 jan. 2025.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa**. São Paulo: Atlas, v. 34, p. 38, 2006.

ZUPPANI, Palê. **Catador de caranguejo em mangue no Delta do Parnaíba**. FotoNatural Fotografias, 2007. Disponível em: <https://fotonatural.photoshelter.com/>. Acesso em: 3 fev.2025.